

Sobre educar a mocidade.

Ou de como um Compendio fez escolhas letradas sobre o passado no império português

Iara Lis Schiavinatto/UNICAMP

Versão alterada para debate

Por ventura podem os usos caseiros e a lição dos livros excitar com a mesma forma nossos sentidos, ou engravidar-nos a mente, como faz a intuição de mil objetos novos? Não por certo, senhores. A alma do viajante observador dilata-se, extasia-se, a cada passo que dá pelo Universo. Outras leis, outros costumes, outros céus, outras línguas, outra indústria e produção excitam de continuo sua atenção, e fecundam-lhe o espírito com mil ideias novas e atrevidas.

José Bonifácio de Andrada e Silva

1819

Do Compendio

O *Compendio Scientifico para a Mocidade Brasileira destinado ao uso das Escolas dos Dois Sexos ornado de nove estampas accomodadas às Artes, e Sciencias de que nelle se trata tiradas por Lithografo* foi publicado em 1827, no Rio de Janeiro. De início, o autor reconhecia que se baseava em um conjunto de *extractos* de outros impressos, vários traduzidos, por exemplo, da *Encyclopédie des Enfants* de J. R. Masson (em sua 4ª. edição, de 1821), e em mais outros títulos recolhidos de uma bibliografia portuguesa arrolada no seu *Prólogo*. Assim, era uma obra reconhecidamente sustentada

em um conjunto de referências preciso. *Compendio* significava, segundo o Bluteau editado entre as décadas de 1710-20 e o Moraes nas edições de 1789 e 1813, o *resumo - o abreviado - do principal, dos preceitos, das ideias, das artes e das ciências*. Então, no corpo do livro, cabia equacionar um quadro geral de saberes capaz de guiar a educação da mocidade. Certa noção de autoria permitia ao autor do *Compendio* não esclarecer com precisão quando e como citava determinado autor ou texto consultado, tampouco comentava sua tradução, as escolhas feitas no processo de edição do texto e os termos preferidos ou abandonados. A condição de autor abrangia a função de tradutor e, de certa maneira, de editor das obras lidas e recolhidas. Ao traduzir ou reeditar, o autor se tornava uma espécie de coautor, sem infligir, no entanto, qualquer crime, plágio ou blasfêmia. Não escorregava em um gesto suspeito, menor ou negativo. Nem era preciso ou de bom tom escondê-lo ou dissimulá-lo. Seu texto nascia da frequência a outros e do seu manejo, recortando-os, copiando-os, traduzindo-os ou reordenando as fontes sob a necessidade de aproximá-los e adequá-los à sua obra. Tudo, nesse caso, a fim de bem educar a chamada mocidade. O autor ofereceu sua obra à *Nação Brasileira* e se identificou como *um Cidadão Agradecido* – termo frequente no vocabulário político do império do Brasil, vincado pelo liberalismo constitucional¹ e que tinha como objetivo inculcar o amor à pátria.

No *Prólogo*, o autor inseria sua obra numa linhagem culta de homens de governo comprometida com a educação e o bem comum. Ia do *Conde de Oeiras* - consagrado depois com o título de Marques de Pombal -, ao ministro *D. Rodrigo de Souza Coutinho*, passando pelo *Conde de Resende*. A epígrafe do *Compendio* revela essa filiação, ao citar a Instrução Real de 28 de junho de 1759: *A Educação da Mocidade é um dos meios indispensáveis para se conservar a união cristã e a sociedade civil e para dar à virtude o seu justo valor*. Isto é, ele datava sua noção de educação àquela das reformas no governo pombalino, como política pública dentro da monarquia portuguesa, caracterizadas pela criação do Real Colégio dos Nobres², pela refundação da Universidade de Coimbra, pela

¹ Trata-se de uma figura de linguagem evocativa de uma economia dos afetos. O *cidadão agradecido* justapunha-se e se contrapunha a um amplo léxico do primeiro liberalismo constitucional que atingia, em seu espectro, figuras jocosas, ridículas e monstruosas, conforme se via na zoologia política dos jornais, dos discursos políticos, dos panfletos.

² Esse colégio era encarregado da formação dos filhos homens das elites aristocráticas fitando que, depois, viesse a atuar na arquitetura de poder administrativa da monarquia portuguesa no reino e nos domínios ultramarinos. Em tese, a elite governativa provinha do interior da nobreza e deveria ser cada vez mais útil. Desde o começo, grade curricular desse colégio possuía aulas de desenho, arquitetura civil e arquitetura militar, sendo a disciplina de desenho ensinada por Carneiro da Silva e uma disciplina ministrada em vários estágios da formação.

criação das aulas públicas, pelas novas gramáticas dos setecentos, que combatiam e buscavam ultrapassar a arte e o método de ensinar dos jesuítas, associados à ruína de Portugal. A universidade reformada contemplava a física experimental, a química e a história natural, o que consagrava a observação e a experimentação no ensino das ciências. Para atender essa orientação pedagógica e científica foram construídas novas instalações – laboratório de química, por exemplo – e adquiridos novos materiais e instrumentos didáticos. Esse projeto pombalino colocava a educação sob o manto da monarquia portuguesa na perspectiva do ideário do reformismo ilustrado.

Nessa senda, o *Compendio* recuperava de perto o perfil do professor traçado a partir das reformas pombalinas³ e sublinhava a importância da licença e da aprovação do pretendente à função de professor régio, por exemplo de gramática, por parte do diretor dos estudos, a fim de regular essa pedagogia e seu próprio desempenho. O *Compendio* reforçava um divisor de águas quanto à redefinição do caráter desse professor, que passava a gozar de privilégios antes associados aos nobres, mas também lhe era proposto ter uma carreira docente que passava a acontecer em várias escalas geográficas dentro da monarquia - desde o eixo Lisboa-Coimbra até as franjas do império. O *Compendio*, apoiado nessa tradição pedagógica, alertava o professor a respeito da nova natureza do ensino, destacando a necessidade de se pautar pela atualidade. No que concernia à Retórica, essa distinção aparecia em termos das exigências do tempo presente:

...(Ela) ensina a falar bem, supondo já a ciência das palavras, dos termos e das frases, ordena os pensamentos, a sua distribuição e ornato e com isto ensina todos os meios e artifícios para persuadir os ânimos e atrair vontades. É pois a retórica a arte mais necessária no comércio dos homens e não só no púlpito ou na advocacia, como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em toda ocasião, em que se trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade e fazer não só que entendam o que se lhes diz, mas que se persuadam do que se lhes diz e o aprovelem⁴.

A eficácia desta proposta de saber regia uma conduta, ao mesmo tempo que tal conhecimento possuía uma utilidade evidente que remetia às escolhas cruciais do presente

³ FONSECA, T. N. de L. As Câmaras e o ensino régio na América portuguesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 229-246, Dez. 2013.

⁴ *Compendio.... Op. cit.* p. XLIII.

e vinha carregada de positividade. Essa conjunção caracterizava a atualidade demandada pelo tempo vivido.

O início do *Compendio* abordava a formulação e a disseminação de uma política pública de educação, à qual o autor se filiava e, ato contínuo, escolhia uma linhagem letrada do reformismo ilustrado ao qual se incorporava. O autor encontrava uma ascendência que vinha da corte lisboeta à corte do Rio de Janeiro, indo do ponto de partida em Pombal até o governo local ilustrado do Conde Resende no Rio de Janeiro, tendo-se em D. Rodrigo uma *fase transitória*, nas palavras do autor do *Compendio*. Essa linhagem mimetizava a passagem do império luso-brasileiro ao império do Brasil. Em paralelo, essa também era a trajetória do autor. Ela revelava logo sua filiação às reformas ilustradas do aparato institucional de saberes. Ia dos *Estatutos do Colégio dos Nobres* (1761) e dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772), reformada - nas palavras de Pombal, *refundada*. Relacionava-se à criação de um novo circuito letrado, científico e acadêmico no Reino, donde se sobressaíam a Real Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, o Museu Real de História Natural da Ajuda e de Coimbra, os Jardins Botânicos da Ajuda e de Coimbra, o laboratório de História Natural de Domenico Vandelli⁵ (1735-1816) em Coimbra⁶, as viagens filosóficas incentivadas e patrocinadas pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de

⁵ Estavam em seu entorno os seguintes formados pela Universidade reformada, inseridos na máquina administrativa da monarquia: Luiz Antonio de Mendonça Furtado - que reaparece aqui como Visconde de Barbacena, muito próximo de d. Rodrigo de Sousa Coutinho - Manuel Joaquim de Paiva, Joaquim Veloso, Alexandre Rodrigues Ferreira, José da Silva Lisboa e seu irmão Balthazar, Manuel Luis Álvares de Carvalho, José Antonio de Sá, João Francisco de Oliveira, José Bento Lopes, Antonio Ramos da Silva Nogueira, Joaquim José Ferreira, Joaquim de Amorim Castro. VAZ, F. A. L. *Instrução e Economia*. As ideias econômicas no discurso da Ilustração portuguesa (1746-1820). Lisboa: ed. Colibri, 2002, p. 381-382. Vários deles eram próximos a d. Rodrigo como veremos pausadamente a seguir.

⁶ Theophilo Braga, na sua "Introdução à Relação do Estado da Universidade de Coimbra de 1772 a 1777", apontou uma mudança crucial que caracteriza essa reforma implementada pelas mãos do novo reitor d. Francisco de Lemos e carregada de uma nova organização curricular: *A Faculdade de Artes, em que ensinava exclusivamente a filosofia peripatética, ou o Aristotelismos dos Comentadores jesuítas, foi transformada em uma Faculdade de Filosofia natural, e em um novo curso de Filosofia racional e Moral, sendo a primeira para o ensino da História natural (botânica e zoologia), Física Experimental e Química, e a segunda para a Lógica, Metafísica e Ética*. Ver: D. Francisco de Lemos. *A Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typ. Da Academia Real das Sciencias, 1894, p. XV. É importante ressaltar que, para a refundação da Universidade, Domenico Vandelli trazia uma coleção de produtos de história natural de Pádua e outra série de elementos naturais coletados em suas viagens por Portugal, principalmente nos arredores de Coimbra. O autor indica a correlação profunda entre esse novo quadro de disciplinas curriculares e essa coleção, onde um informa e legitima o outro. A refundação da Universidade de Coimbra implicou a criação de novos espaços de estudo e aprendizado (veja-se, por exemplo o Jardim Botânico), bem como a montagem de novos materiais didáticos e de experimentação. Entre eles, recordem-se dos azulejos didáticos hoje encontrados no Museu Machado de Castro, em Coimbra. Para o leitor visualizar o Jardim Botânico de Coimbra, recomendo que se acesse http://www.uc.pt/jardimbotanico/slideshow/jardim_botanico_da_universidade_de_coimbra_um_espaco_u_nico. Acesso em 6 de agosto de 2016.

Mello e Castro (1716-1795) e por D. Rodrigo de Souza Coutinho. Abrangiam, ainda, as Aulas Régias de Comércio, de Artilharia e Fortificação, de Desenho, de Gravura na Casa da Moeda, na Imprensa Régia, na Casa Calcográfica, Tipoplástica, Literária do Arco do Cego⁷, coadunando-se à própria criação da Intendência Geral de Polícia de Lisboa, sob Pina Manique. Esse circuito letrado e científico, que ia do complexo da Ajuda⁸, da Academia de Ciências de Lisboa e à Universidade reformada, caracterizava uma república das letras com uma pronunciada valoração do experimentalismo e do racionalismo⁹. Nessa medida, o autor se perfilhava a uma república das letras e a uma linhagem letrada e científica. Isso previa a frequência a um grupo letrado, amador, curioso

⁷ Tomo a licença de adotar a versão abreviada de a Casa do Arco do Cego, para enfatizar seus interesses letrados, voltados aos textos e à formação de uma livraria científica e artística patrocinada pelo estado monárquico e relevar seu funcionamento de oficina-escola, sempre sob a condução de frei José Mariano da Conceição Velloso, autor do importante *O Fazendeiro do Brasil*, publicado entre as décadas de 1790-1800. Ele, desde o Rio de Janeiro, dedicava-se ao naturalismo, portanto, ao letramento científico. Frei Mariano da Conceição Velloso continuou suas atividades na Imprensa Régia em Lisboa e atuou ainda em casas editoriais privadas. A Casa do Arco do Cego funcionou, significativamente, na Quinta do Arco do Cego, parece, pertencendo ao Intendente de Polícia de Lisboa Pina Manique.

⁸ Contava com Jardim Botânico, Laboratório Químico, Real Museu de História Natural e Casa do Risco ao lado do Palácio Real da Ajuda. Sua localização revela sua importância junto à monarquia. De lá, Vandelli coordenou uma série de estudos sobre a História Natural. Tornou-se, assim, um centro de pesquisa e ensino em história natural, ao qual se somava a Real Quinta de Belém com seus viveiros. Ver: PEREIRA, M. R. de M. Conhecimento científico da caatinga no século XVIII. In: KURY, L. et. alli. *Sertões Adentro. Viagens nas caatingas. Séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Andrea Jakobsson, 2012. Em 2001, Brigola salientava quanto à sua importância e à dificuldade em aquilatá-la: *Não podemos senão experimentar um sentimento ambivalente quando convocados a avaliar a importância científica, econômica e museológica dos estabelecimentos da Ajuda – Real Museu de História Natural e Jardim Botânico (1764-1836). Se, por um lado, aderimos sem resistência à opinião de que, no panorama museológico setecentista, nenhuma outra criação privada ou institucional (incluindo os museus da Universidade e da Academia das Ciências) terá desempenhado papel de comparável relevo, somos todavia compelidos a usar de redobrada prudência analítica face à surpreendente massa documental reunida*. Museologia e História Natural em finais de Setecentos... BRIGOLA, J. C. Museologia e História Natural em finais de Setecentos – o caso do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1777-1808). *Anais. Actas do Colóquio A Casa Literária do Arco do Cego*. Lisboa: UAL, vols. VII/VIII, 2001. p. 219. Ali se reuniam Vandelli, Alexandre Rodrigues Ferreira, Júlio Matiazzi, João da Silva Feijó, José Mariano da Conceição Velloso, João de Loureiro, José Correia da Serra, José Antonio de Sá, Hipólito da Costa Periera, Avelar Brotero, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francesco Barttolozzi, Domingos Sequeira, Martinho de Mello e Castro, d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Esse círculo social aponta para a convivência de artistas e de homens de ciências interessados nos usos e na fabricação das imagens. Esse círculo abrangia uma galeria de funcionários mais ou menos anônima (porteiro, fiel de armazém, fiscal, preparador, riscador, gravador, escrevente, praticante de botânica, jardineiro, canteiro etc.) que atuavam direta ou indiretamente no processo de fatura das imagens.

⁹ Essa linhagem letrada vicejava igualmente no *Parnaso Brasileiro* de cônego Januário da Cunha Barbosa publicado em 1829. Tal linhagem parece compor um dado imediato mobilizado por parte dessa elite letrada da corte que se atribui a função de construir o império. Bem como, seus textos encontravam-se disponíveis e em uso no pós-independência. Alexandre Mansur, ao estudar gabinetes de leitura e bibliotecas entre 1820 e 1830 em Minas Gerais, mostra a incorporação dessa linhagem obras acadêmicas e científicas em certas bibliotecas vinculadas a sociedades patrióticas. BARATA, A.M. Do Secreto ao Público. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. das (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Cidadania, Política e Liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Ou seja, havia uma recuperação letrada por parte das elites dessa linhagem letrada, científica e política. No início da década de 1840, esses homens letrados, essa geração em geral consagrada pela chancela de 1790, passou a ser abordada como varões da nação, grandes vultos, a serem recordados.

e afeito aos salões. Neles, seria possível ver, por exemplo, a demonstração de um instrumento usado no ensino de química e de física, um autômato ou um aparelho de projetar imagens, ou seja, de instrumentos feitos com o intuito de serem apreciados em sua aplicação. Sua apreciação num salão estava prevista tanto em sua fatura, quanto na demonstração das operações por eles executadas. Esse tipo de demonstração nos salões era visto como uma atividade instrutiva que aliava curiosidade, utilidade e deleite na sua apresentação.

Não se pode deixar, desde já, de frisar que essas reformas pedagógicas a partir de Pombal englobavam o império português e nele se espraiavam. Aliás, elas planteavam e conseguiram redefinir as balizas desse império, principalmente com o projeto do império luso-brasileiro, capitaneado por d. Rodrigo de Souza Coutinho¹⁰ no governo de d. João¹¹. Tais reformas foram empreendidas visando a rearticular-se com os espaços coloniais extraeuropeus – com a Ásia, com a África e com a América, centrando-se, porém, na América portuguesa¹². Essas novas engrenagens políticas entremeadas ao reformismo ilustrado permitiram incorporar efetivamente áreas pouco exploradas aos domínios da monarquia, ao desvendar sua natureza, demarcar sua geografia e suas fronteiras com critérios matemáticos precisos, descobrir, inventar e propor modos de explorar novos produtos e/ou novas técnicas de produção da riqueza agrícola associada ao comércio, para

¹⁰ A meu ver, são textos fundamentais desse projeto: *Discurso sobre a Mendicidade*, escrito em 1787, e a *Memória sobre o melhoramento dos domínios de sua S. Maj. Na América*, apresentada aos ministros de d. João, em 1797. Nívia Pombo Santos concordaria nessa escolha. SANTOS, N. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos Ilustrados* (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). Tese (Doutorado) – UFF, 2013. Nesses escritos, aparecem, de maneira sistematizada, as dimensões fundamentais de seu projeto para o império, ao articular debates letrados europeus do reformismo ilustrado e questões importantes das reformas, que iam de macro intervenções – os alinhamentos militares e geopolíticos no contexto europeu – ao foro interno de cada um quando atenta aos sujeitos da monarquia e suas práticas – a mendicidade, por exemplo. Esses dois textos articulam medidas de uma política pública que visa ao equilíbrio das partes dentro da monarquia portuguesa e prosseguia o projeto pombalino de superar a defasagem de Portugal frente à Europa.

¹¹ Compensa mencionar que, na educação de d. João, frei Cenáculo e o matemático Miguel Franzini desempenharam um papel ativo e de mestres. Ou seja, o homem não era avesso às luzes, e os estudos recentes têm apontado um rei em cujo reinado os papéis impressos, os livros, as bibliotecas – a ordem dos impressos – adquiriram e tiveram um papel fundamental. Tendo isso em mente, d. Rodrigo corre menos o risco de ganhar um tratamento personalista ou de estadista mor no período, tampouco se repete uma versão rebaixada desse príncipe.

¹² Maria de Lourdes Lyra mostra a mudança de paradigma de governo em d. Rodrigo de Souza Coutinho com o projeto do império luso-brasileiro que dialogava com o projeto de império desenhado por padre Vieira, redesenhando a geografia do mundo luso-americano e retomando uma longa tradição política de pensar o império diante da experiência de Roma antiga, aliás tão em pauta na Europa de fins do setecentos. LYRA, M.L. *A utopia do império do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1994.

maior pujança do império¹³, a fim de combater seu propalado estado de ruína, discutido, a partir do esgotamento das minas, por vários homens da esfera governativa na corte e nas capitanias do ultramar. Logo, rezava-se o ideário político iluminista em nome do bem comum. Em miúdos, por volta da segunda metade do século XVIII, a produção da riqueza, o governo monárquico e a história natural estavam associados e assim continuaram no império do Brasil até 1840, para ficarmos nas balizas desta pesquisa¹⁴.

O *Compendio* era tributário dessa linhagem letrada e científica,¹⁵ com forte conotação política e que tinha, em seu horizonte, a administração e a prosperidade do império português e do luso-brasileiro. O *Compendio* continuava tal linhagem ao buscar transmitir seu projeto à mocidade nacional, agora brasileira, que se tornava obrigatoriamente sua herdeira. Segundo o dicionário de Moraes, mocidade referia-se à população de 14 a 24 anos. Para *Bluteau*, era um estado de *juventude, ardor, calor, fervor*. O autor do *Compendio* estrategicamente definiu seu público alvo na mocidade e o ampliou para seus pais e professores. Ele achava a infância carregada de *paixão* e *imaginação*, e ela pedia, por sua própria natureza, direcionamento, mas também mostrava-se como um momento oportuno de direcionamento para a boa formação do *cidadão brasileiro*.

O *Compendio* apresentava um quadro de saberes então necessário que, simultaneamente, delineava condutas e valores na formação desse cidadão. Nessa medida, o *Compendio* funcionava como um texto da ordem do manual de civilidade¹⁶.

¹³ A agricultura, por sua vez, era uma ciência capaz de unir as conquistas da botânica, da química e os aperfeiçoamentos das técnicas agrícolas. Por exemplo, as técnicas agrícolas melhorariam o terreno para modificar a produção agrícola. Essa decisão se basearia no conhecimento botânico de uma espécie ali cultivada. Baseado em SANJAD, N. R. Nos Jardins de São José : uma historia do Jardim Botânico do Grão Para, 1796-1873. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, 2001. p. 30.

¹⁴ Na década de 1840, a julgar as publicações da RIGHB, essa relação imbricada entre história natural e império era compreendida como um elemento do passado que diferia no presente em função da qualidade do debate acerca da história natural e a configuração do império sob o reinado de Pedro II.

¹⁵ Na Reforma de Coimbra estipulou-se até 1795 a obrigatoriedade do uso de compêndios editados depois de exame prévio de censura. Erigia-se assim num tipo de publicação coerente com as novas formas de ensinar. Entre 1795 e 1796, a censura estaria a cargo dos professores da universidade. Em 1796, a monarquia alterou essa decisão. Além da censura exercida pelas faculdades, as teses seriam ainda submetidas à censura do bispo de Coimbra. VILLALTA, L. C.; MORAIS, C. C.; MARTINS, J. P. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In: FALCON, F.; RODRIGUES, C. (Orgs.) *A "época pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2015. p. 471-472.

¹⁶ Gênero de escrita inaugurado por Lutero, em 1530, de longa duração nas monarquias europeias modernas. Há vários textos publicados e traduzidos em Portugal, ao longo do século XVIII, que redefinem a educação dos nobres e as formas de educação e convivência dos homens letrados. Vários acabaram por se recompor com os sentidos do novo quadro de saberes iluministas, em consonância com a Universidade de Coimbra reformada e o complexo da Ajuda.

Ele explicava um conjunto de códigos de convivência social, de *savoir-vivre*, entranhado aos saberes das ciências e das artes. Dentro do quadro dos conhecimentos necessários e legítimos, discorreu sobre o desenho e a pintura como saberes fundamentais. O autor datou o início dessa atenção despendida a essas áreas na publicação do Alvará de 23 de agosto de 1781 da Rainha, que instituiu a Aula Pública de desenho na corte para benefício e utilidade dos seus vassallos. Ele reafirmava que o desenho seria indispensável para a facilidade e a maior perfeição de outras artes. Em menor escala, falou da gravura e da tipografia, no pequeno dicionário brasileiro incluído ao final do *Compendio*, como práticas de representação contíguas ao desenho.

Nesse quadro de saberes, desenho seria *a arte de representar sobre uma planície ou plano qual exatamente uma folha de papel, a figura, ou a forma de um corpo qualquer como uma casa, uma árvore, uma pessoa, ... ou a debuxar e delinear em superfície imitando uma figura*. Em seguida, especificava usos do desenho: no caso do desenho arquitetônico, podia-se usar ou não instrumentos e cálculos matemáticos para garantir a precisão; e, no caso do desenho do corpo humano, pretendia-se ensinar proporção e simetria. O desenho constituía-se, portanto, como um conhecimento útil. Um diálogo instrutivo resumia sua serventia:

P: Em que consiste a beleza, e utilidade resultante deste modo de desenhar?

R: Em poder-se em pouco tempo tomar a vista, e a situação de um lugar que é agradável, fazer delinear o retrato dos indivíduos, que se amam, e gozar por assim dizer do aspecto daqueles durante a ausência dos mesmos.

O desenho pautava-se pela síntese do observado e da representação, dentro de uma lógica visual. Além disso, ele reaparecia no interior da Pintura entendida como *arte liberal que por linhas e por meio da forma exterior, e das cores, representa sobre uma superfície igual todos os objetos visíveis ou uma imitação dos objetos visíveis da natureza representada em uma superfície plana com várias cores, na sua maior perfeição e tendo conhecimento refletido dos contornos*. A Pintura compunha-se da *composição*, do *desenho* e do *colorido*. Por sua vez, a *composição* incluía *invenção*, *disposição* e *arranjo* – termos de filiação à Retórica sob o mote horaciano da *ut pictura poesis*. No item desenho da Pintura, o autor acrescentava que este concernia aos pintores, gravadores, escultores, sendo conhecimento capital a todos com o intuito de garantir as justas

proporções das figuras. O desenho amarrava os seguintes aspectos comentados da fatura pictórica:

1. *correção, sem faltas nas medidas, feito com justeza, exatidão, em qualidade do corpo humano que representa;*
2. *gosto, depende da inclinação do pintor ou antes da escola onde aprendeu;*
3. *elegância, tudo que embeleza o objeto sem alterar sua verossimilhança, e a sua verdade;*
4. *a característica que distingue cada espécie de objetos e que exprime seu espírito;*
5. *diversidade, consiste em dar a cada personagem ar, atitude, que lhe é próprio, em empregar gestos, ação variada, e acomodar as idades dos indivíduos e ao caráter da nação;*
6. *expressão, certo movimento do corpo que denota uma agitação da alma e representa a comoção dela e das suas paixões;*
7. *perspectiva, arte de representar os objetos segundo a diferença que a distancia lhes faz: ela consiste em um ajustado escorço das linhas ou mesmo em uma justa diminuição gradual da luz e das cores, isto é, deve o pintor distribuir destramente a claridade, ou a escuridão do dia, e das sombras segundos os diversos graus de um alongamento, dependendo inteiramente da obra e não menos da física da luz.*

O tema do desenho reaparecia no item *Gravura e Tipografia*, consideradas *artes modernas*. A primeira, por meio da abertura ao buril, fornecia estampas. Sobre a Tipografia, *arte admirável inventada por Gutenberg*, o autor julgou *ser a mais útil ao espírito humano ao influir grandemente sobre a civilização dos Povos, sendo instrumento da imortalidade, depositária dos grandes pensamentos e dos grandes erros dos homens*, consistia em arranjo *engenhoso de caracteres móveis cada um dos quais representa uma letra do alfabeto* e, a partir desta definição, explicava sua fatura. O autor julgou que ambas estavam, então, em *estado de perfeição*. Voltaremos adiante ao tema do desenho. Antes, porém, cabe situar o autor.

A publicação do *Compendio* pela importante Tipografia P. Plancher-Seignot garantia ao autor, num efeito bumerangue, o reconhecimento que a própria tipografia gozava. O

autor cultuava o prestígio por meio da condição letrada e por atuar num mundo de impressos, como muitos outros homens de sua geração. José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo (1796-1863), o tal autor em tela, era filho do Desembargador do Paço José Joaquim Nabuco de Araújo e D. Maria Esmeria de Barbuda e Figueirôa. José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo formou-se em Leis na Universidade de Coimbra, em 1819, conseguiu uma série de cargos na magistratura, com uma rápida ascensão, maiormente entre 1820-30, chegando, em 1832, ao Supremo Tribunal de Justiça. Entre 1815 e 1829, ganhou os títulos de Moço Fidalgo, da Ordem de Cristo, da Ordem do Cruzeiro e da Rosa. Publicou, entre 1825-30, dois livros sobre demarcação de terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz e um relativo à Intendência Geral de Polícia. Uma publicação de 1826 citava suas qualificações, que englobavam: ser grande do império, ministro e secretario dos Negócios da Justiça, senador, dignatário da Imperial ordem do Cruzeiro. Ele é, apesar disso, mais lembrado e muito citado por sua *Legislação Brasileira ou Coleção Chronologica das Leis, Decretos e Resoluções de Consulta, Provisões etc, etc, do Império do Brasil desde o Anno de 1808 até 1831. Inclusive contendo além do que se acha publicado nas melhores coleções para mais de duas mil peças inéditas colligidas pelo Conselheiro José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araujo*, editado em 1836 pela Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp. Ele recebeu o *privilégio* de publicar essa coleção de sistematização de leis, voltada recorrentemente à consulta, por vinte anos. Diante da relevância do assunto – a *coleção de leis vigente* –, entende-se essa concessão a um autor prestigiado, pois essa *Coleção* era instrumento ativo do direito e do mundo constitucional. Foi-lhe concedido, ainda, o privilégio de editar seu *Compendio* por dez anos. Isso sinalizava a importância tanto do autor na época quanto do livro, acentuada pelo tamanho do mercado livreiro na corte do Rio de Janeiro, em fins da década de 1820.

O sobrenome Nabuco de Araújo está consagrado na história política do Oitocentos no Brasil, principalmente em função das interpretações propostas por Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo* (1883) e *Um Estadista do Império* (1897-9), consideradas obras de máxima grandeza da política no império brasileiro. Porém, antes dessa elaboração que tenta sintetizar a política do estado imperial, os homens da família Nabuco de Araújo ocuparam, desde longa data, cargos na Magistratura, na Presidência de Província, no Senado, nas Assembleias provinciais. A experiência da família Nabuco de Araújo, enfronhada nos negócios e no Estado, não se resume à obra de Joaquim Nabuco. Nesse

sentido, parece interessante recuperar essa publicação – o *Compendio* – no calor da sua hora, pois aborda uma proposta reconhecida de educação das elites – de seus filhos e filhas –, na segunda metade da conturbada década de 1820.

O *Compendio*, parece-me, pode ser visto como parte de uma vontade política dos letrados e das elites - arregimentados para dentro da máquina burocrática do império do Brasil, com o aval de d. Pedro I - quanto à elaboração de um ideário significativo e correlato ao Brasil, na década de 1820 (assunto ainda pouco explorado pelos estudos históricos). Certos indícios denotam esse projeto político direcionado à constituição de um ideário da nação: a edição completa com as ilustrações encomendada e caramente financiada por d. Pedro I em pessoa da *Flora Fluminense*, de frei José Mariano da Conceição Velloso, que não chegou a termo; a incumbência da escrita de uma história do Brasil a José da Silva Lisboa pelo imperador; o incentivo para a pesquisa e para a publicação de florilégios de poesias ao cônego Januário da Cunha Barbosa; a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios em 1826; a publicação do *Compendio*. Grosso modo, essas medidas se efetivaram entre 1825-1829, o que indica uma vontade dirigida para a montagem de uma política pública, cuja finalidade consistiria na (re)construção dos elementos simbólicos, culturais e singulares desse corpo político autônomo que configurassem uma *comunidade imaginada*. Portanto, o autor estava em boa companhia, não se tratando de uma iniciativa isolada¹⁷.

Em 1827, ano da publicação do *Compendio*, a tensão política caracterizava-se pelas disputas acirradas entre os poderes constituídos; pelo autoritarismo do imperador Pedro I e seu círculo palaciano denunciado veementemente em alguns periódicos na corte; pela larga movimentação social e política de diversos sujeitos sociais no Rio de Janeiro; pelo estado de guerra nas províncias do sul; pelas movimentações políticas e étnicas nas províncias do norte e do sul do império; e pela força dos impressos tão variados publicados na corte, em Vila Rica, em Salvador, no Recife e em Belém. Essa tensão de cariz étnico, antilusitano, social e político ocupava o cerne dos debates domésticos e

¹⁷Essa vontade política traduzida nessas medidas de elaboração de um ideário dessa comunidade imaginada estava em diálogo com e em certa medida continuava o surgimento dos estudos históricos joaninos interessados em sínteses mais amplas que tentavam *produzir uma sensação de que o futuro estava sob controle, que o passado ainda fazia sentido e continha experiências que, apesar de ocultas, poderiam ser revitalizadas na significação do presente*. ARAÚJO, V. L. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História - UFMG*, v. 31, p. 364-400, 2015. p.373. Junto com esse autor, contempla-se que tais práticas letradas da segunda metade da década de 1820 se enfeixavam ao processo de autonomização da atividade letrada e a capacidade de repercussão dos autores e de suas obras como parte das eficácias pretendidas.

públicos. Revirou a ordem social e política que ensejou o 7 de abril de 1831 e abriu, de fato, as comportas para significados radicais e exaltados nas ruas e nas propostas políticas¹⁸, o que arejou as disputas em jogo. Nada alheio a isso, José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo conheceu, de perto, as perturbações populares e de rua na corte do Rio de Janeiro, como juiz do crime do bairro de São José, juiz de fora do Rio de Janeiro, deputado na Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições, Desembargador de Agravos da Casa de Suplicação, depois seu Chanceler – cargos angariados nessa década tumultuada, entre 1820 e 1830.

Sua tradução do *Tratado sobre a Pena de Morte* de Guizot, publicada pela Imprensa Imperial e Nacional em 1826, explicitava seu posicionamento político a favor da *moderação* e da *conciliação* na linha do ministro francês. Ele escolheu a obra a dedo. Sua tradução justificava, longamente, essa opção política. José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo se espelhava na França pós-revolucionária quanto a uma questão fundamental: o direito à existência do cidadão. Para Guizot, com adesão de José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo, cabia estudar e alterar a pena de morte enquanto política de Estado, atentando-se aos sentimentos terríficos e tenebrosos suscitados na população, caso ela vigorasse. Guizot defendia a extinção da pena de morte como prática do passado e apostava na educação do cidadão, cultivando, por meio dela, a moderação. Tratava-se, portanto, de uma política de gestão da violência dentro de uma monarquia constitucional, em que a pena de morte poderia inclinar-se perigosamente mais para a perturbação do que para a segurança. Ele via a pena de morte pela lente do cálculo político, à luz da violência de 1791 e 1792 na França revolucionária. Nessa ocasião, a pena de morte comportou-se como um revés da ordem e suscitou tantos tumultos, mortes e males, o que alimentou o terror. Ele não pedia, entretanto, a abolição da pena de morte. Pelo contrário, ela existiria, mas não seria usada. Ficaria numa espécie de situação *stand by*, passível de ser aplicada em ocasiões limites, segundo o juízo da monarquia. A seu ver, o governo sempre precisava parecer associado à sociedade, agindo em seu interesse. Assim, não caberia lançar mão habitualmente da pena de morte. Caso o governo o fizesse, ele se afastava da sociedade e essa tenderia a tornar-se seu adversário. Como se viu exemplarmente entre 1791 e 1792.

¹⁸ BASILE, M. Festas cívicas na Corte regencial. *Varia História*. UFMG, v. 22, n.36, 2006.

Nesse contexto de fundação da monarquia constitucional defendida por José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo, o *Compendio* não redundava em obra menor. Ele tinha um forte senso prático na sua conduta e ajudava a orientá-la. O *Compendio* procurava orientar a mocidade, portanto endereçava-se ao futuro; projetando-o. Esse livro recebeu imediato e oficial acolhimento, tornando-se uma obra intrigante, a meu ver, pois não é frequente encontrar esse tipo de publicação nos anos de 1820. Ele contrasta com o rol volumoso de *catecismos, panfletos, manuais políticos, periódicos* impressos a partir do *Vintismo*, durante o processo de autonomização do Brasil e ao logo dessa década e pela seguinte. O *Compendio* tentou ser mais do que um texto passageiro e sujeito ao imediato; se comparado a esse elenco de escritos arrolado, o *Compendio* pretendia intervir na arena política abertamente, buscando o consentimento e a adesão à sua causa. Longe disso, o *Compendio* apresentava uma proposta pedagógica endereçada a um público maior de *pais, filhos, filhas e professores*. Ensinava-lhes os saberes apropriados a pautar as condutas - dos conhecimentos às virtudes despertadas -, tal qual se nota na sua tradução de Guizot.

Não escapa ao leitor o fim último dessa reforma no campo da educação - política pública de primeira grandeza de Pombal ao *Compendio*. Essa política se dedicava à formação das elites no mundo luso-brasileiro e depois do Brasil, sobretudo na corte do Rio de Janeiro. Não à toa, José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo se identificou com essa linhagem letrada e científica e com esse grupo político. Em sua formação e experiência, estudar na Universidade de Coimbra e integrar-se a essa república das letras¹⁹ significava conformar-se aos círculos letrados dos burocratas da monarquia portuguesa e do império luso-brasileiro, depois conformar-se também ao dos burocratas do Brasil, tendo compreendido, ainda, que isso significava ocupar-se do mundo colonial²⁰.

¹⁹ Sua origem remonta ao humanismo renascentista postulando igualdade de princípios entre os sábios de toda a Europa, construindo uma rede horizontal de homens que atravessa os limites e as fronteiras geopolíticas.

²⁰ Kenneth Maxwell sublinhou que essa reforma pombalina da educação alinhou a presença e atuação de homens ligados à Coroa no ensino universitário, secundário e das primeiras letras com várias mudanças introduzidas no âmbito da educação, como o Real Colégio dos Nobres, a Aula do Comércio, a Aula de Desenho e de Gravura. Essa reforma tinha, entre outros, por objetivo produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformadas. MAXWELL, K. *Marques de Pombal, paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 105-110. O magistério régio atraiu um número considerável de indivíduos aptos a ensinarem as primeiras letras, gramática latina, retórica e filosofia, ao colocar no horizonte do professor o rol dos privilégios da pequena nobreza.

O *Compendio* dialogou, sugiro aqui, com duas ordens textuais que o (in)formam. Num recorte macro, de um lado, estão os *manuais de civilidade* interessados em novos conhecimentos específicos do reformismo ilustrado, gênero repetidamente publicado no setecentos português. Em outro, está uma série de textos publicados pela Casa do Arco do Cego que remete ao significado do desenho e da tipografia. Tento nuançar essa ligação entre as balizas de saber desse grupo de luso-brasileiros formado na Universidade de Coimbra, que desempenhou cargos na estrutura da burocracia do império luso-brasileiro e depois no império do Brasil com um traço comum calcado numa formação científica²¹, e as referências do *Compendio*. E, em seguida, gostaria de explorar os significados do desenho.

Desse elenco de manuais, vários eram traduzidos para o português. Em geral, do francês, castelhano e italiano. Vários outros manuais foram nomeadamente escritos por autores portugueses. Se o *Compendio* não é, estrito senso, um manual de civilidade, ele guarda intenções próximas, pois deseja definir condutas, reger e codificar a convivência de um determinado sujeito social em seu lugar de pertencimento por meio dos conhecimentos adquiridos. O texto suscitaria, no leitor, um efeito especular ao reger sua vida do mais mundano e cotidiano ao mais sóbrio e importante tema, mostrando-lhe como aprender. Se outros manuais de civilidade ganhavam relevância e sentido no mundo da monarquia moderna, onde o rei ocupava a cabeça em uma sociedade de desiguais, com direitos e deveres assimétricos, profundamente hierarquizados, o *Compendio*, por sua vez, participava da educação do liberalismo constitucional na corte do Rio de Janeiro, sendo escrito por alguém que vivia em si essa experiência histórica conflitante da formação do *súdito-cidadão*. Mas qual a noção de conhecimento que aparecia nessa família de obras com a qual o *Compendio* dialogava? Convém admitir ao leitor que, conforme entendido por este ensaio, o *Compendio* funciona mais como um portal que permite adentrar num debate letrado de fins do setecentos e início do oitocentos para poder entender com algum nuance o debate acerca do desenho e da tipografia, como anteriormente arrolado. Trata-se menos de verticalizar a análise por dentro do *Compendio*, e mais de entender suas referências, que repunham um passado próximo ao qual o autor do *Compendio* se filiava. Sendo assim, indica-se o ideário do reformismo ilustrado recuperado pelo *Compendio*.

²¹ DIAS, M. O. L. S. Aspectos da Ilustração no Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 276, 1968. Entre 1772 e 1822, 886 luso-brasileiros estudaram em Coimbra, sendo 568 formados em Direito e mais 281 em Ciências Naturais e Matemática. A larga maioria, apesar dos cursos distintos, frequentou disciplinas de história natural.

De certa maneira, é como se suas referências de fins do setecentos não estivessem situadas no passado longínquo ou encerrado. Pelo contrário, ainda ecoavam enquanto um legado vivo e de primeira grandeza.

Entre textos, saberes, impérios e o mundo natural

Uma série de livros traduzidos ou escritos em português na clave do manual da civilidade foi editada em Portugal, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII²². Eram lidos, consultados, comentados, recomendados, às vezes, debochados²³ e (re)publicados na corte do Rio de Janeiro. Vários continuaram a ser lidos e consultados ao longo das décadas de 1810 e 1820 por sujeitos afeitos ao liberalismo constitucional, inclusive. Em vários momentos, os periódicos das décadas de 1820 e 1830 reviram, inclusive rechaçando, os significados políticos do *beija-mão* do monarca ou as formas do vestir dos *bons patriotas*, conforme suas posições políticas. Assim, o *Compendio* não seria o primeiro tipo de manual de civilidade. Parece possível considerar se o *Compendio* não funcionaria no interior dessa ordem discursiva da civilidade, dando-lhe continuidade quanto ao desejo de normatizar e estabelecer os gestos e os hábitos do bem viver coletivo, agora afinado com um determinado quadro de saberes disciplinares, endereçado ao homem de letras apto ao exercício da política. Esse manual acerca das virtudes a serem cultivadas entremeava-se a uma escrita imbuída de ciência, na qual a história natural brilhava.

O *Compendio* rearranjou em si princípios dos manuais de civilidade com a apresentação de um amplo plano de conhecimentos. Esse plano de saberes costurava-se às virtudes. Um remetia ao outro. Assim, o *Compendio* pouco se deteve nas etiquetas da sociabilidade a definir os gestos e os códigos do mundo das aparências, sobretudo em um

²² A própria Academia de Ciências de Lisboa, contudo, publicou alguns conhecidos manuais de civilidade da lavra de Francisco Jose de Almeida, Luis Carlos Moniz Barreto e Francisco de Melo Franco. O levantamento dos manuais foi realizado em 2010 nos acervos seguintes portugueses: Biblioteca Nacional de Portugal, Academia Real de Ciências e Palácio da Ajuda, como parte das atividades do Projeto Temático FAPESP *Plus Ultra: a recepção e a transferência da tradução artística clássica entre a Europa Mediterrânea e a América Latina*.

²³ Ver *Palito Métrico e Correlativa Macarrônica Latino-Português. Nova Edição – de harmonia coma 4ª de 1792 classificada pelo seu editor como apontado de versos macarrônicos latino-português, que alguns poetas de bom humor destilaram do alambique da Cachimonia para desterro da Melancolia*. Coimbra: Coimbra Ed., 1942. A obra permite notar inversões de sentido dessas práticas de convivência regidas pelos manuais de civilidade. É conhecida por comentar em tom jocoso a dificuldade de inserção dos luso-brasileiros na Universidade de Coimbra refundada. Ver FONSECA, F. T. da. *A Universidade de Coimbra. 1700-1771*. Estudo Social e Econômico. Coimbra, 1995. Cap. IV.

universo social no qual a linguagem política, com seus símbolos, gestos, cores e palavras ganhava e perdia rapidamente diversos significados entre as décadas de 1800 e 1840, nos dois lados do Atlântico. Ele não foi, contudo, o primeiro manual a assentar essa relação entre conhecimento e virtude.

A pesquisadora Márcia Abreu ressaltou que, depois da transferência da corte para o Rio de Janeiro, incrementou-se para cá o comércio de livro. Foram enviados mais de 800 títulos. O campeão de remessas, desde pelo menos 1769, era *Aventuras de Telêmaco*²⁴, livro escrito no final do século XVII por Fénelon, preceptor do duque de Borgonha - o neto de Luiz XIV -, na intenção de educá-lo. Essa obra possuía uma finalidade pedagógica, sendo, no mais das vezes, definida como um espelho de príncipes ou conto filosófico. Um manual dirigido à educação desse tipo poderia circular em Lisboa e no Rio de Janeiro, tal qual se deu com *Elementos da civilidade e da decência, para instrução da mocidade de ambos os sexos: traduzido do francês em vulgar*, editado em Lisboa pela Typographia Rollandiana, em 1801. No conjunto, esses manuais difundiam e ensinavam princípios de saber em consonância com a república das letras, antes comentada. Nessa direção, mesmo professores importantes da Universidade de Coimbra assinavam esse gênero de obra. *Thesouro de meninos, resumo de história natural, para uso da mocidade de ambos os sexos e instrução de pessoas que desejão ter noções da História dos Três Reinos da Natureza*, publicado pela Imprensa Régia Lisboa em 1814, foi traduzido por Matheus José da Costa e era composto por textos do francês Pedro Blanchard e de Felix Avellar Brotero, professor de Botânica e Agricultura da Universidade de Coimbra desde 1791 e na qualidade de diretor de seu jardim botânico²⁵. Nesse manual, um pai de família

²⁴ ABREU, M. Leituras no Brasil Colonial. *Remate de Males*. Unicamp, Campinas, n.22, p 131-163, 2002. p. 139.

²⁵ Brotero já era professor traquejado, naturalista viajado com estágios longos em Paris. Ele ministrava suas aulas com demonstração no próprio Jardim Botânico. Na obra *L'École Bothanique*, conhecida de Brotero, as aulas seriam dadas diante de um conjunto de plantas dispostas em canteiros nos jardins. Nas aulas, se via as plantas etiquetadas, alunos com cadernos debaixo dos braços, jardineiro com regador, alguém desenhando. Poderiam ser frequentadas, além dos estudantes, por senhoras, curiosos, amadores, jardineiros, visitantes. Considerava-se a botânica a parte da História Natural mais afeita às senhoras por ser um divertido recatado que, no entanto, reiterava com o processo de floração aspectos daquilo que se supunha a sexualidade feminina. CASTEL-BRANCO, C. *Felix de Avelar Brotero. Uma História Natural*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 23. Nesse sentido, para Brotero, prática de conhecimento e conduta se entremeciam e o conhecimento prático dirigia-se a diversos sujeitos sociais ao mesmo tempo com usufrutos variados. Sob sua regência, as aulas de botânica e agricultura aumentaram significativamente em Coimbra. Ademais, ele escrevia e publicava regularmente sobre o tema. Atento, cuidou de perto da edição de sua *Flora Lusitana*, acompanhando o trabalho com as imagens e verificando passo a passo a qualidade do gravador. D. Rodrigo apoiou suas publicações e o abade Correa da Serra financiou suas viagens. Fora de Portugal, Brotero ligava-se a uma rede de naturalistas, homens de ciências e de letras, em Edimburgo e em Paris.

- também um podereria ser seu leitor - instruía a quatro jovens acerca de cosmografia, mineralogia, botânica e zoologia, dentro de uma estrutura narrativa que encadeava passeios, observações da natureza e conversas indutoras de condutas. Nessas atividades educativas conjugadas, não faltavam conselhos sobre a moral, a virtude e a civilidade.

Desde a publicação, entre 1751 e 1800, dos 10 volumes de *Recreação Filosófica ou diálogo sobre a Filosofia Natural para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*, do padre oratoriano Theodoro de Almeida (1722-1804), incentivava-se, abertamente, a difusão do estudo das ciências naturais²⁶ como atividade formadora e instrutiva. Essa extensa obra ainda vinha atravessada pela preocupação pelas condutas²⁷ - tema do muito lido *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou arte de viver contente em quaisquer trabalhos da vida*, do mesmo Theodoro de Almeida, com edições portuguesas em 1779, 1786, 1835, 1844 e 1861²⁸. O *Compendio* parece próximo a esse gênero textual vincado pelo reformismo ilustrado e pelo apreço pela enciclopédia. A história natural, em geral, destacava-se nesse gênero de manual, enquanto um saber que permitia congregar vários outros - a geografia, por exemplo - na educação de um letrado.

Na outra ponta, na América portuguesa, em 1772, o Marquês do Lavradio demandava o estudo da história natural no intuito de compreender a própria história da América, tal qual faziam os espanhóis, procurando, porém, superar os escritos de Pison e Marcgrave, de 1648, realizados durante o governo holandês, em Pernambuco. Ele incentivou viagens científicas, patrocinou a Academia Científica e um horto botânico perto do Colégio ou do Hospital Militar no Rio de Janeiro, remeteu exemplares dos três reinos do mundo natural para a corte, dentro desse esforço de mudança do ideário iluminista de prosperidade. Ele ansiava por coordenar a ação colonial à ciência experimental moderna na chave da história natural e da classificação lineana²⁹. Dessa maneira, esse gênero textual do

²⁶ CANÊLHAS, M. G. S. *Museus Portugueses de História Natural. Perspectiva histórica. Cadernos de Museologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia, 1983.

²⁷ Francisco Contente Domingues aponta essa prática de juntar e coordenar a difusão científica com a espiritualidade, enquanto um procedimento que ultrapassa Teodoro de Almeida, constituindo um traço dos oratorianos. DOMINGUES, F.C. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Lisboa: Colibri, 1994, cap. 1. Agradeço a indicação a Luis Carlos Villalta.

²⁸ SANTOS, Z. C. *O Feliz Independente... Do Padre Teodoro de Almeida: a teoria literária como forma de cultura no século XVIII. Problemáticas em História Cultural*, Universidade do Porto, p. 179-191, 1987. A autora discute seu teor pedagógico, sua presença em outras obras literárias, o convite à leitura, como atividade de formação, apresentada no prólogo, e a proeminência da utilidade frente ao agradável.

²⁹ Sobre o Marques do Lavradio, acompanho a argumentação de HEYNEMANN, C. B. *As Culturas do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010, Cap. 1.

Compendio, vincado pelo enciclopedismo, atendia a uma demanda transatlântica e vinha associado a um conjunto de práticas de saber.

No bojo do reformismo ilustrado, acentuou-se, a partir do último quartel do setecentos, a difusão de uma cultura científica no mundo luso-brasileiro que articulava práticas de conhecimento e suas formas de transmissão. *Utilidade e felicidade* funcionavam como um núcleo duro do *Jornal Enciclopédico*³⁰, editado em Lisboa, em 1779, 1788-1793 e 1806, com editores diversos. Felix Antonio Castrioto respondeu pelos dois primeiros cadernos, de 1779 a 1788. De 1788 a 1791, juntos, Francisco Luis Leal e Manuel Joaquim Henriques de Paiva editaram esse *Jornal*. Com o afastamento desse último do encargo editorial, Francisco Luis Leal e Joaquim José de Costa e Sá assumiram a publicação. Em 1806, o *Jornal* retornou num único número pelas mãos de Antonio Manuel Policarpo da Silva, depois de 14 anos suspenso. O *Prospecto de um Jornal Enciclopédico* de 1778, editado como um programa desse periódico, pleiteava para si o seguinte perfil:

*Os jornais são o meio mais pronto de difundir no Público as luzes dos Sábios, e de fazer proveitosas a todos as suas descobertas. O grande número a que eles têm se multiplicado em todos os Países, prova quanto a sua utilidade se acha geralmente conhecida. A experiência tem mostrado, que eles excitam no Povo o gosto a instruir-se: e quem não vê quanto é útil ao Estado que o Povo se instrua? (...) quem não avaliará muito útil o ter por tão limitada soma (2400 réis por ano) de tudo o que as Artes, Ciências, e sucessos oferecerem de interessante em todo o mundo, por meio das diligências duma sociedade de homens de letras?*³¹

Nota-se, ao longo desses anos de edição de *Jornal*, uma crescente importância da história natural, especialmente da botânica, adstrita à química e à física³². A história

³⁰ Para fins deste ensaio, uso o estudo e a coletânea de REIS, F. E. *Felicidade, Utilidade e Instrução*. A divulgação científica no *Jornal Enciclopédico* dedicado à rainha 1779, 1788-1793; 1806. Porto: Porto Ed., 2005.

³¹ *Ibid.* p. 39-40.

³² Fernando Luna localiza e apresenta o lugar da química, então um saber revolucionário, na obra de frei José Mariano da Conceição Veloso, assinalando a continuidade dessa disciplina com a história natural nas suas publicações. Em LUNA, F. Frei Jose Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2009. Do ponto de vista conceitual, o autor aponta uma mudança significativa nos estudos das ciências no Brasil, que se afastou da prática de *categorizar como pré-científico o período colonial brasileiro*, diante de um novo contexto de estudos que data de uns vinte anos e que reconhece práticas científicas no mundo colonial. Isso alterou profundamente a compreensão

natural, então, condensava um campo de saber que não se definia por sua alta especialização, abarcando as ciências e suas aplicações. Nessa perspectiva, entendia-se que, explica Lorelai Kury³³, um mesmo autor, num mesmo escrito, poderia descrever morfológicamente uma planta e discorrer acerca de seu cultivo ou, ainda, misturar esses temas com outros assuntos variados³⁴, reunidos de acordo com as balizas de um saber enciclopédico - processo semelhante à organização do *Compendio*.

O *Jornal Enciclopédico* se erigiu numa espécie de matriz editorial de outras publicações voltadas à divulgação científica, coadunando-se, no final da década de 1770, à fundação e a certas rotinas da Academia Real de Ciências em Lisboa. O *Jornal*, sendo científico, lançava mão de expedientes literários em sua enunciação³⁵. Esse tipo de publicação almejava não se restringir a uma publicação efêmera. Pelo contrário, o citado *Prospecto de um Jornal Enciclopédico* propunha que, ao final de um ano de publicação, o material editado pudesse vir a ser encadernado no formato de livro, ficando disponível para ser consultado mais de uma vez, talvez por mais de um leitor, em circunstâncias que

das práticas de saber e a ordenação dos saberes, contemplando também sua eficácia dentro do império português e luso-brasileiro. *Ibid.*, p. 151.

³³ KURY, L. O naturalista Veloso. *Revista de História*, n. 172, p. 243-277, jun. 2015.

³⁴ Na Academia Real das Ciências, essa variedade de textos científicos sob o signo do enciclopedismo ilustrado aparecia na *assembleia literária* que ali se reunia. Ao comentar uma delas, o Visconde de Barbacena mostra a variedade de assuntos. Parece uma miscelânea, se cotejada com a especialização dos conhecimentos do mundo contemporâneo. Lá foram lidas as seguintes memórias: sobre história antiga de Espanha e de Portugal, pelo padre Antonio Pereira; sobre os prados artificiais próprios para o clima e terreno de Portugal, pelo padre Corrêa; sobre uma nova máquina para medir o espaço com seu modelo, por Castrioto - editor do *Jornal*; a Teologia dos Vermes, por Alexandre Rodrigues Ferreira; e o próprio Visconde leu duas memórias de Domenico Vandelli, enviadas por ele para a ocasião, como de outras feitas, sobre o modo de fazer verdete e uma análise do carvão de Boarcos. AYRES, C. *Para a História da Academia de Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. p. 87.

³⁵ NUNES, M. de F. *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de "sciencia agrícola" em Portugal*. Lisboa: Estar Ed., 2001. Mais de um autor analisou com propriedade esse tipo de texto, assinalando seus expedientes literários para denotar principalmente o espaço estudado e percorrido e o perfil dos sujeitos envolvidos. O literário aqui não negava a verdade científica. A execução desses expedientes literários tornava o assunto mais compreensível e comunicável - objetivos importantes do iluminismo em seu esforço enciclopédico. O correspondente Manoel Gomes de Lima Bezerra relatou à Academia Real das Ciências, em 1780, que estava adiantada a escrita de uma *História Natural, Civil, Literária e Genealógica de parte do Minho*, de sua lavra. Contava que seguia o exemplo do *Feliz Independente e das Recreações Filosóficas*, adotando a forma do diálogo entre um filósofo francês, um comerciante inglês e um médico português. Discorria sobre o rio Ponte de Lima com suas margens, produções, tratando-se de muitos pontos de Antiguidades, Geografia, História Natural, Genealogia, Agricultura, Comércio, Artes e Ciência. Em AYRES, C. *op.cit.*, p. 141-143. Na *Memória sobre a capitania de Minas Gerais* de José Vieira Couto, publicada na RIHGB, o texto transpira essa combinação entre a racionalidade e a sensibilidade na escrita de um naturalista: *O agricultor olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas, como para um nada, e ainda não as tem bem reduzido a cinzas já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes. Não conserva apego nem amor ao território que cultiva, da sua parte, não se ri para ele, nem o gracioso ondear das louras espigas lhe alegria a vista. Um áspero campo, coberto de toco e espinhos, compõe os seus amenos ferregiaes*. Apud PÁDUA, J. A. *Um Sopro de Destruição*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 114.

pediam alguma ação prática e/ou esclarecedora para informar uma decisão ou uma atitude por parte do leitor. Assim, o *Journal* previa uma leitura instrumentalizadora para si, que, possivelmente, não se encerraria numa única leitura/consulta.

Outros periódicos, no início do século XIX, editados em português, em Londres e em Paris, ocuparam-se da divulgação científica, no intuito de, ainda assim, cimentar sua argumentação política e em alinhamento com a jovem economia política, tal qual se deu com o *Correio Braziliense* (1808-1822) e *O Investigador Português na Inglaterra ou Jornal Literário, Político & C.* (1811-1819), ambos sediados em Londres. Essas publicações traziam um novo conjunto de informações sobre o mundo português, em particular a América portuguesa, para o público inglês, o que contrariava o secretismo exercido por Portugal, reclamado por Joseph Banks, quando secretariava a Royal Society e defendia que a ciência providenciaria expedientes para a geração da riqueza e para o aumento do poderio de um país³⁶. Em geral, nesses jornais, eram publicadas memórias de cunho científico à moda do que a Academia Real das Ciências solicitava, recebia, selecionava, apresentava, chancelava, editava e propalava. Aí, existiu um trânsito inédito e ampliado de informações sobre a América portuguesa, quando se intensificou o comércio com a Inglaterra. Essa troca de informações aumentou, principalmente, com as novas condições propiciadas pela abertura dos portos em 1808. Essa circulação de informações sobre o mundo colonial português envolveu letrados, comerciantes, diplomatas portugueses, luso-brasileiros, ingleses, a Royal Society, o importante periódico *Philosophical Transactions*³⁷ e esses outros jornais editados em Londres e associados à atuação diplomática de Portugal.

Na sua estadia em Londres, apoiada por Joseph Banks – que, antes de se engajar na viagem de James Cook, passara seis meses em Lisboa, em 1766 –, o abade Correia da Serra, tão próximo ao Duque de Lafões³⁸, patrono da Academia Real das Ciências, iniciou sua notável carreira internacional como botânico, publicando nas *Philosophical*

³⁶ A Royal Society e J. Banks concordavam que: *Science advance depended on the flow of information across national boundaries and so national interest and allegiance to a cosmopolitan Republic of Letters could coincide in linking British science with its larger European (and, in particular, French) community of fellows specialists.* In: GASCOIGNE, J. *Science in the Service of Empire.* Joseph Banks, the British State and the Uses of Science in the Age of Revolution. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1998, p. 150.

³⁷ DOMÍNGUES, A. Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política ao serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). In: _____. *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governança e Informação no Brasil Colonial.* Lisboa: CHAM, 2012. p.151-178.

³⁸ MONTEIRO, N. G.; COSTA, F. D. D. *João Carlos de Bragança. 2º Duque de Lafões.* Uma vida singular no século das Luzes. Lisboa: Edições Inapa, 2006.

Transactions of the Royal Society of London e nas *Transactions of the Linnean Society*. Em Londres, ele teceu uma série de contatos no mundo letrado, científico e com sociedades de saber. Por uma série de razões, em geral políticas, acabou em seguida residindo dez anos, entre 1802 e 1812, em Paris e, depois, nos EUA, entre 1813 a 1820-21. Foi um naturalista, agente diplomático importante e muito admirado nos salões³⁹ europeus e estadunidenses, quando os salões não eram um espaço aquém de muitas instituições de saber. Para ele, a história natural era a única ciência capaz de reunir o conhecimento de quase todas as matérias que poderiam contribuir para a prosperidade⁴⁰. Não à toa, a história natural motivava toda uma ordem discursiva sobre o mundo tropical e colonial. Sob o prisma da história natural, tento indicar, montava-se uma rede de contatos e de informações, até então inéditas, interessada nesse mundo colonial, e isso mudava o conhecimento do mundo tropical dentro da Europa a partir também desse tipo de publicação.

Em Paris, nessa linha editorial de divulgação que produziria novos conhecimentos sobre o mundo americano colonial, circulavam *O Observador Lusitano em Paris, ou Coleção Literária, Política e Comercial* (1815) e *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1818-1822). *O Patriota* (1813-1814), no Rio de Janeiro, perfilava-se a esse gênero de publicação - a qual a recente Imprensa Régia privilegiava. Em Lisboa, saíam à luz: *Semanário de Instrução e Recreio* (1812), *Jornal Enciclopédico de Lisboa* (1820). Enquanto em Coimbra, o *Jornal de Coimbra* discorria também sobre essa sorte de assuntos. Nesse circuito de impressos, era prática comum um periódico republicar uma memória sobre dado assunto, editada pela primeira vez em outro. No conjunto, as ciências ditas úteis ganhavam espaço nesse tipo de periódicos não especializados, mas de cariz iluminista. Essas ciências validavam a importância do periódico e interferiam no manejo dessa publicação por parte do leitor, pois o periódico poderia, ao fim e ao cabo, conformar uma pequena enciclopédia, uma miscelânea ou um conjunto de artigos reunidos pelo

³⁹ DIOGO, M. P.; CARNEIRO, A.; SIMÕES, A. (introd. e coord.) *José Correia da Serra: Investigações Botânicas*. Porto: Porto Ed., 2003. Próximo a frei Cenáculo e ao Duque de Lafões, foi o primeiro embaixador de Portugal nos EUA na década de 1810, privou de amizade e troca intelectual com um elenco de letrados e homens de governança de envergadura, que ia de Cenáculo e Humboldt a Quincy Adams e Jefferson. Era conhecido por ser um homem de cintilante presença nos salões e pela oratória. Sua produção sobre botânica se distinguia pelas novidades e qualidades analíticas.

⁴⁰ Em seu Discurso Preliminar das *Memórias Económicas da Academia*, Correa da Serra afirmava que a história natural dava a conhecer *o que temos; (...) escolher na imensa variedade das produções da natureza, espalhados por outras terras, novas plantas, animais e culturas análogas aos climas, e terrenos que os Portugueses habitam, dá-las a conhecer; e facilitar a sua introdução, são bens que devem resultar dos trabalhos patrióticos da Academia*. ACADEMIA Real de Sciencias de Lisboa. *Memorias Economicas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real de Sciencias, 1789. p. VIII-IX.

leitor que, de novo, poderia ser consultado e lido, emprestado, trocado ou herdado. E justificava-se esse gesto pelo acesso a tais ciências e ao caráter instrutivo do jornal. Nessa lógica, em contrapartida, essa imprensa funcionava como um alicerce das ciências úteis.

Tais publicações participavam do projeto político do reformismo por meio de práticas de saber iluministas e atuavam na construção de um saber local sobre a América portuguesa, singular em si mesmo, tanto quanto na formação de uma elite letrada de leitores e novos possíveis autores, atraídos pelo conhecimento científico ilustrado – aspecto fundamental do *Compendio*. Ao estudar *O Patriota*, Lorelai Kury sintetizou essa engrenagem de produção de saber e poder articulada a um sentimento estruturante patriótico⁴¹, que ia do império ao local e atingia letrados e/ou homens em formação, para atuar nessa mesma ordem de escala imperial e local: *O Patriota pretendeu influenciar a própria formação dos homens de letras locais, tanto na qualidade de leitores quanto na de escritores*. Didaticamente, *O Patriota*, conclui a autora, fundava uma síntese do que era sabido sobre as terras brasileiras⁴². Nessa direção, o *Compendio* tinha precedentes textuais importantes.

O deslanchar das publicações sobre o Brasil alia-se ao projeto de d. Rodrigo de Souza Coutinho à frente da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a partir de 1796, e na presidência do Real Erário, a partir de 1801. A documentação reunida sobre a Casa do Arco do Cego e a Impressão Régia na Casa da Moeda em Lisboa, por meio dos

⁴¹ Em AYRES, em várias ocasiões, a expressão “amor patriótico” caracteriza um modo de proceder e uma intenção do acadêmico e do correspondente no âmbito da Real Academia das Ciências. Os sujeitos diretamente ligados à Academia eram qualificados de *amigo instruído, amigo das ciências e da verdade, verdadeiro patriota, compatriota, correspondente, sócio efetivo, amador da ciência*. Essa íntima relação entre saber e pátria num contexto de competição entre os estados europeus e seus mundos coloniais, como política da monarquia para se atualizar frente às outras monarquias, transparece na “Oração”, presente na abertura da Academia de Ciências, em 1 de julho de 1780, de padre Teodoro de Almeida. AYRES, C. *Op. Cit.* p. 97-108. Desde *On The Importance of Traveling in One's Own Country* de Lineu, disseminou-se a ideia de que ao naturalista corresponderia um ato patriótico. DRAYTON, R. *Nature's Government. Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. New Haven: Yale Univ. Press, 2000. p. 72. Vandelli adota o termo *pátria* para dizer o lugar de nascimento e procedência de uma planta, porém transparece uma carga afetiva e um léxico político em sua explicação: *Cada Espécie de Animal e de Planta tem uma Pátria originária, adaptada à sua organização própria: forma repúblicas, sem governos, as quais, fundando-se nos climas que mais proficuos lhes são, repartem entre si a terra: o Cidadão destas Repúblicas não se expatria voluntariamente: observa-se as Árvores exóticas desterradas em nossos jardins; a renovação de cada ano traz consigo a de seus pesares longe de sua terra natalícia*. Em *História Natural*. BN. Mns. 23.03.012.

⁴² Descrever a pátria, difundir o saber. Em KURY, L. (org.) *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007, p. 142. Sérgio Barra demonstra o papel político da Imprensa Régia comprometido com o projeto do reformismo ilustrado na consolidação do império luso-brasileiro. BARRA, S. A Imprensa Régia e a criação do novo império português na América. *Revista de História*. USP, n. 173, 2015.

Avisos Régios, traz à tona a intervenção de d. Rodrigo na quantidade de impressões de um mapa, na preocupação com relação a organizar a impressão de gravuras e em relação a seu destino depois de impressa, ao tamanho de uma tiragem de livros, à correção da informação e à qualidade da imagem impressa. No conjunto da documentação, depreende-se o fomento à produção de informações científicas e sua divulgação. Nessa linha, lembra Ângela Domingues ao aludir a José Luis Cardoso: ... *a impressão de obras sobre o Brasil era controlada pelo poder central que punha nitidamente a tônica em livros e folhetos de natureza utilitária e educativa destinados a desenvolver a agricultura e as indústrias reinóis e coloniais de forma racional, dinâmica e produtiva, seguindo os exemplos dados pelas “nações civilizadas e cultas”*⁴³.

Dessa maneira, estabeleceu-se e vingou uma ordem textual, impressa em português, empenhada com a divulgação científica que, em si mesma, era promotora de uma ordem de conhecimentos que, se presumia, caberia ser ampliada e modificada. Prevalencia um entendimento de que existia uma relação crucial entre o texto, a prática científica e a prosperidade do império como um todo⁴⁴. Havia ali uma crença positiva no poder de intervenção e mudança da racionalidade científica, o que não significa, entretanto, que medidas desse feitio foram implantadas por completo e/ou alcançaram todos seus objetivos, apesar de terem concorrido para que se estipulasse uma pauta de debates letrados de forte cunho político, econômico, cultural e científico, os quais adentraram os oitocentos, por exemplo, sobre os benefícios ou não da mão de obra escrava ou sobre a valia das queimadas nas plantações.

Esses saberes constituíam uma compreensão sobre a natureza presente no projeto do império luso-brasileiro ideado por d. Rodrigo de Souza Coutinho. Ele tentava, a todo custo, estabelecer um equilíbrio delicado entre as partes do império, porque pressupunha que a existência do império derivava da manutenção do mundo colonial. Não à toa, me parece, ele apoiou a transplantação de produtos asiáticos, as especiarias particularmente,

⁴³ DOMINGUES, A. Notícias do Brasil Colonial: a imprensa científica e política ao serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). In: _____. *Op. cit.*, p. 165. A autora alude ao texto de CARDOSO, J.L. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a Casa Literária do Arco do Cego e a difusão técnica e científica em Portugal *Anais. Actas do Colóquio “A Casa Literária do Arco do Cego”*, vol.VII-VIII, 2000-2001.

⁴⁴ Tânia Bessone, além de explorar o aparecimento do gênero da resenha científica e literária em *O Patriota*, alerta para outra frente trabalhada, nesse periódico, sobre a *verdadeira atitude de um estudioso*, o que remetia ao tratamento didático dispensado ao público alvo. Assim, o jornal, a experiência, o homem letrado e o leitor iam sendo configurados como uma nova experiência pública na corte joanina. As origens da resenha no Brasil. CARVALHO, J. M. de & NEVES, L. M. B. P. das (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos. Op. Cit.*, p. 333.

para a América portuguesa, como parte de uma estratégia de integração das partes do império, e procurou aumentar esse tipo de produção agrícola, que alterava a paisagem local e domesticava o mundo natural⁴⁵. A divulgação científica não se enquadrava em uma escala menor, antes articulava-se à produção de saber; elas travavam, muitas vezes, laços estreitos e se retroalimentavam. Assim, principalmente a botânica e a sua terminologia adentraram a correspondência e a papelada de instâncias governativas, identificando plantas e passando as suas informações detalhadas, acompanhadas de desenhos e mostras confeccionados dentro dos parâmetros da história natural. A produção e a difusão de saberes atrelavam-se ao exercício do poder em sua linguagem política, o que perfazia a sua utilidade⁴⁶. Havia uma permeabilidade entre o poder monárquico, o mundo colonial e a história natural e suas linguagens na busca de uma eficácia governativa.

⁴⁵ Warren Dean resumiu: *A introdução e a domesticação de cada nova espécie ou variedade representa uma mudança, não somente na balança comercial do país, mas também no balanço dos elementos que compõem os ecossistemas e a própria sociedade*. DEAN, W. A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 216-228, 1991. p. 12.

⁴⁶ Claudia Heynemann, quanto à abrangência e à circulação dessa terminologia da botânica, cita o aviso de d. Rodrigo de Sousa Coutinho ao vice-rei Conde de Resende para exemplificar essa situação: *Sua Majestade manda remeter a V. Exa. O desenho junto da árvore da quina do Peru/cinchona officinalis, segundo Lineu, para que V. Exa. A entregue a algum naturalista hábil, incumbindo-lhe a diligência de descobrir tal árvore, sendo de esperar que diligências eficazes a este respeito não sejam frustradas, pois o célebre Dombey disse ao padre Veloso, que em todas as serras entre trópicos havia quina*. *Op. cit.* p. 46.

A biografia⁴⁷ de um dos editores do *Jornal Enciclopédico*, Manuel Joaquim Henriques de Paiva⁴⁸, mostra a íntima relação entre sua formação, sua atuação dentro da arquitetura de poder da monarquia e suas publicações, donde a difusão científica desempenhava um papel enciclopédico útil, necessário e contínuo ao reformismo ilustrado, como projeto da monarquia num trânsito acentuado de homens, objetos e saberes que alimentavam a produção de saber, quando não era ela mesma um modo dessa produção. Português de nascimento, Manuel Joaquim Henriques de Paiva veio, com a família ameaçada de perseguição, para o Rio de Janeiro. Seu pai era sobrinho do médico e autor de textos da *Encyclopédie* Antonio Ribeiro Sanches. Em razão desse vínculo familiar, viu-se sob a mira do Santo Ofício. Instalado no Rio de Janeiro, Manuel Joaquim Henriques de Paiva aprendeu botânica com frei José Mariano da Conceição Velloso. Seu pai e seu irmão José Henriques Ferreira participaram da fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro, conhecida ainda como Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro, patrocinada pelo 2º marquês de Lavradio. Ali, Manuel Joaquim Henriques de Paiva dirigiu a seção de farmácia, participando de uma academia científica. Logo, em sua formação, o mundo colonial era uma experiência vivida. Estudou medicina em Coimbra e, apesar das ameaças do Santo Ofício, promoveu reuniões científicas em sua casa,

⁴⁷ O recurso ao biográfico aqui, muito frequente nesse tipo de estudo sobre as elites coloniais e as redes do império, trazem à tona interesses pessoais e de grupo, as redes de contatos, os círculos em que o sujeito se fixa, com os quais tem afinidade ou dos quais se distingue, as tensões e disputas, as estratégias e os mecanismos de prestígio e suas formas de manutenção, os cargos alcançados, que revelavam ou não os laços familiares, o acesso, num jogo de escalas, aos polos centrais do poder. Ao apresentar a trajetória de Francisco Maurício de Souza Coutinho, essas conexões familiares e coloniais num cenário internacional de impérios, em momentos de reordenação, saltam aos olhos, notadamente se cotejada com a biografia acima comentada. Ele foi Cavaleiro da Ordem de Malta, capitão de fragata do Corpo da Marinha Real, governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, quando essa governança gozava de suma importância na definição de fronteiras e na ocupação efetiva de territórios com novas práticas agrícolas e comerciais, que implicavam redefinições das formas do trabalho compulsório das gentes da região. Era o caçula de d. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e de d. Ana Luísa Joaquina Teixeira de Andrade e Silva. O pai fora governador de Angola e Benguela (1764- 1774), embaixador na Espanha e um dos articuladores do Tratado de Santo Idelfonso. Irmão de d. Rodrigo, que teve uma notável trajetória na burocracia colonial e foi um sujeito dedicado e inovador no modo de entender as relações coloniais, numa linha bastante propositiva, ao projetar o império luso-brasileiro. D. Rodrigo inovou nas formulações das relações fundantes do império. Era ainda irmão de José Antonio de Meneses Souza Coutinho, que foi membro da regência em Lisboa, entre 1811 e 1817 – um cargo exigente no seu desempenho – e irmão também de d. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, que exerceu cargos diplomáticos na Dinamarca, na Itália e na Inglaterra entre 1788 e 1833. Baseio-me em DOMINGUES, A. Um Governador Ilustrado: Francisco de Sousa Coutinho. *Op. Cit.*, p. 78-79.

⁴⁸ Baseado no verbete sobre ele do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) da Fiocruz, escrito por Maria Rachel Frões da Fonseca. Disponível em: <<http://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm#dados>>. Acesso em 1 de setembro de 2016. PITA, João Rui. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. *Mneme. Revista de Humanidades*. Caicó, UFRN, v.10, n.26, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/viewFile/10/7>>. Acesso em 1 de setembro de 2016. E REIS, F. E. *Op. Cit.*, p. 153.

batizadas de Sociedade de Celas ou Sociedade dos Mancebos Patriotas. Em Coimbra, por indicação de Domenico Vandelli, foi demonstrador de história natural e do Laboratório de Química na Faculdade de Filosofia, onde depois foi lente. Viajou para a França, onde praticou no laboratório de Joseph Louis Gay-Lussac (1778-1850), químico e médico francês, em Paris. Foi médico da Casa Real, Censor Régio da Real Mesa do Desembargo do Paço, professor de farmácia da Real Casa Pia de Lisboa. Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Academia de Estocolmo e da Academia de Medicina de Madri e de outras academias europeias, inclusive daquela de Upsala, por indicação de Lineu. Integrou-se, desde o Rio de Janeiro, a uma rede extensa e europeia de letrados. Publicou uma série de obras e traduções sobre química, medicina e agricultura, entre as décadas de 1780 e 1810. Acusado de simpatizar com Napoleão, submergiu. Foi reintegrado em 1818 às graças de d. João. O letramento foi bem sucedido em seu círculo familiar, indo além de seu importante tio. Seu irmão Francisco Antonio Ribeiro de Paiva foi professor de Zoologia e Mineralogia em Coimbra e seu outro irmão, José Henriques Ferreira, foi comissário do físico-mor e médico do presídio em Salvador, primeiro médico do hospital Real Militar e Ultramar no Rio de Janeiro e físico do Senado da Câmara e da Saúde. Participou da república das letras, o que o habilitou para tais cargos e garantiu sua mobilidade dentro dessa arquitetura burocrática de saberes da monarquia portuguesa. Em 1822, naturalizou-se brasileiro e, em 1824, foi nomeado lente da cadeira de farmácia da Academia Médico Cirúrgica da Bahia. Foi um divulgador de conhecimentos científicos – da medicina e da farmácia em particular. Ora, ele conhecia amiúde os instrumentos e as experiências dos laboratórios. Privilegiava a ligação entre a prática e a investigação teórica, revelando sua utilidade. Assim, discorreu didaticamente sobre o benefício da vacinação na memória *Preservativo das bexigas e de seus terríveis estragos ou historia da origem e descobrimento da vaccina, dos seus efeitos ou symptomas, e do methodo de fazer a vaccinação*, publicada, em 1801, por João Procópio Correia da Silva em Lisboa, a qual tratava da recente e nova descoberta da vacina, como um método a ser usado pelo Estado. Ao mesmo tempo, dispensou esforços, na qualidade de editor, sistematicamente, na publicação do *Jornal Enciclopédico*, na década de 1790, justamente naquele que, em geral, considera-se um ponto alto da difusão científica do período. Sua trajetória permite

vislumbrar nesse período um processo de institucionalização das ciências na América portuguesa⁴⁹.

Vimos que um rol de publicações em livros e o periodismo ilustrado dividiam a vontade de apresentar ao público leitor uma série de conhecimentos enciclopédicos, como se observava, desde meados do setecentos, em *Política Moral e Civil*, de Damião Antonio Lemos Faria e Castro, editado entre 1749 e 1761. Outros membros do clero - frei Manuel do Cenáculo entre eles - zelaram pelo ensino e pela divulgação da ciência. No *Projeto sobre o Estabelecimento dos Estudos Menores*⁵⁰, frei Cenáculo previa para os *Estudos Menores* a formação de uma biblioteca, um museu de raridades para estimular a ciência e um Gabinete de Física Experimental. Na lógica de irradiação e consolidação desses Estudos Menores, esses espaços de conhecimento passariam a agregar-se ao ensino e tenderiam a enraizar-se na localidade, disseminando um parâmetro pedagógico e científico da Universidade de Coimbra reformada. Isso corria ao lado dos projetos da Biblioteca Pública e do Museu Sisenando Cenaculano Pacence, do próprio frei Cenáculo⁵¹. Esses projetos revelavam a compreensão de frei Cenáculo acerca da natureza da instrução que congregava vários espaços de saber, do gabinete à biblioteca, passando por laboratórios, instrumentos, gravuras, desenhos e artefatos. Ele concebia esse programa da reforma da educação numa dimensão ultramarina. Frei Cenáculo, porém, não estava só em seus intentos. Padre Mayne, numa escola pública significativamente ligada à Academia Real das Ciências respondia por uma cadeira de História Natural Teológica destinada a ensinar história natural, cujos conhecimentos seriam relevantes às ciências e às artes – dizia-se –, chegando a ser frequentada por 130 homens.⁵²

⁴⁹ Nelson Sanjad captou essa simultaneidade a qual se configura como uma experiência transatlântica que estabelece um circuito de produção e de trocas científicas. SANJAD, N. Os jardins botânicos na Europa Moderna. In: _____. *Nos Jardins de São José*. Op.cit. p. p.21-60. Daí, a abertura para uma carreira descrita que ocupa cargos dos dois lados do Atlântico e se integra a uma rede ilustrada europeia.

⁵⁰ ANTT, Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros, Livro 362, fls. 109v-116v.

⁵¹ DOMINGOS, M. A caminho da Real Biblioteca Pública. Dois documentos. 1775-1795. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, s.2, vol.5, n. 1, 1990. Essa proximidade intelectual e pedagógica entre laboratórios, museu, gabinetes, jardim, biblioteca reaparece em Padre Mayne. ACL. Série Azul, MN. 791. Requerimento a S.M. concernente à doação do Gabinete de História Natural, Pintura e Artefactos assim como de bens para instituir uma escola pública e desenvolver a Livraria do Convento de N. S. de Jesus de Lisboa.

⁵² No intuito de contextualizar essa escola junto à Academia, compensa lembrar comentário de Rómulo de Carvalho ao organizar o Museu Mayense: Porque a casa do Duque de Lafões foi, pelo menos nos seus primórdios, não apenas uma Academia como as suas homólogas da Europa, mas também uma escola de formação científica. *Material Etnográfico do Museu Mayense da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia de Ciências, p.9. A seu ver, trata-se de uma das mais importantes coleções etnográficas da Amazonia, sendo uma coleção impar para o final do século XVIII, sendo que parte dela encontra-se na Universidade de Coimbra e, desde 1991, vem sendo exposta e publicada em catálogos.

Ensinar e aprender história natural pressupunha frequentar esses espaços laboratoriais e museais, herbários e jardins botânicos, que davam a ver os elementos da natureza comumente divididos nos três reinos da natureza. Isso implicava frequentar, em tese, o museu e o gabinete da Real Academia das Ciências, o complexo da Ajuda, os laboratórios, o jardim, o museu e a biblioteca da Universidade de Coimbra. A consolidação da história natural corresponde, percebe-se, ao sucesso do sistema acadêmico (então implantado em Portugal, no eixo Lisboa e Coimbra), às viagens ultramarinas dos naturalistas e a essa interligação com o mundo ultramarino, que abastecia esse circuito de produção e divulgação de conhecimento. Isso viabilizava a consulta e o estudo de artefatos, de ilustrações científicas, de riscos, de memórias, o manejo de uma nova ordem de instrumentos científicos e contava com informações recentes procedentes das viagens dos naturalistas educados no âmbito da Universidade de Coimbra e do complexo da Ajuda, a partir de meados da década de 1770. Esses vetores constituíam, estruturalmente, a experiência de estudo e aprendizado no campo da história natural. Das viagens feitas no mundo ultramarino, no reino e por partes da Europa, provinha a maior parte das espécies estudadas, dos artefatos manuseados, dos riscos tirados, dos mapas feitos que engendravam uma representação do lugar percorrido e estudado. Era praxe ficar o professor encarregado de montar o catálogo desses produtos referidos com o compromisso de mostrá-lo ao administrador do museu e, só então, dar a vê-lo no espaço expositivo e nas demonstrações em aula. O professor, então, respondia pelo acervo, era encarregado de dominar cada peça, a princípio, e era responsável também pelo ensino da história natural instrumentalizado por tais objetos,⁵³ os quais ganhavam um caráter didático numa demonstração (por exemplo, um objeto natural como uma planta seca de um herbário ou cultivada no jardim botânico ou um risco que mostrasse uma planta exótica ao lado – ou não – da espécie viva ou seca dessa planta). Esses objetos didáticos e científicos ficam sob a égide da história natural.

Para situar o leitor quanto à extensão dessas práticas e sua importância junto ao letrado, ao homem cultivado, lembro que, em 1807, existiam, em Lisboa, os seguintes gabinetes de História Natural⁵⁴: um na calçada da Ajuda; um na Academia das Ciências; um chamado Museu Mayense; um no Convento de Nossa Senhora de Jesus; aquele do

⁵³ Academia de Ciências de Lisboa. Mn Azul 791, p. 8. Ficava o professor encarregado de montar o catálogo desses produtos referidos

⁵⁴ Em parte, me baseio no levantamento de CANÊLHAS, M. G. *Museus Portugueses de História Natural. Perspectiva Histórica. Cadernos de Museologia. Associação Portuguesa de Museologia*. Lisboa, 1983.

padre João Faustino na Casa do Espírito Santo; o do 3º marquês de Angeja na Junqueira (considerado o primeiro de todos e franqueado a visitas); o do marquês de Abrantes em Benfca; o de d. Luis de Vasconcellos e Souza ao lado do Passeio Público⁵⁵; o de Jorge Reis nos Mártires; o de Adolfo Frederic Lindenberg na rua Formosa. Entre Braga e Évora, frei Cenáculo colecionava pássaros, borboletas, fósseis e minerais e petrificações⁵⁶. Em Coimbra, afora o Jardim Botânico e o Museu de História Natural, José Bonifácio era conhecido pelo seu gabinete de história natural, carregado consigo para o Rio de Janeiro, em fins da década de 1810⁵⁷. Cada vez mais, o museu e o gabinete se consolidavam na condição de espaço público e científico, onde funcionava como nós, numa extensa rede de idas e vindas, de aquisição, de remessas e de trocas de exemplares dos três reinos da natureza, em um processo coadunado com a crescente autonomização da história natural, o qual, depois, desembocou na emergência das ciências naturais divididas em suas especialidades, no século XIX. Nas palavras de Kury e Camenietzki, *a ordem que reina nas coleções deriva da ordem que se atribui à Natureza*⁵⁸, e isso suscitava um debate letrado sobre a natureza dos lugares, por meio das coleções levantadas. No todo, asseverava-se uma relação intrínseca entre o museu, o gabinete, o jardim botânico, os laboratórios, os teatros de filosofia natural e a história natural⁵⁹ para emular a natureza e,

⁵⁵ D. Luis de Vasconcellos e Souza governara o Rio de Janeiro, formando a Casa dos Pássaros, remetendo uma variedade de espécies para Lisboa. À moda das coleções de Luís Pinto de Balsemão e Luís Albuquerque Cáceres, governadores do Mato Grosso, seu gabinete primava por peças advindas da América portuguesa. BRIGOLA, J. C. P. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 387-395.

⁵⁶ Ele tinha uma grande variedade de pássaros tão bem conservados em caixões de vidro, que pareciam vivos ao natural. Possuía sete ordens de borboletas, conforme a classificação de Lineu. Todas metidas na sua própria ordem com toda a delicadeza, e curiosidade, e bem preservadas em um gabinete pau de mahogne com 24 gavetas e os fundos das mesmas são de cortiça e por cima seus vidros. Eram estimadas em 3000 peças, sendo que, de cada qualidade, havia duas, o que demonstra, ao menos, o interesse em manter um exemplar de reserva. *Biblioteca Pública de Évora*. Catálogo de vários artículos na História Natural de diferentes Pássaros, Borboletas, Fósseis, Minerais e Petrificações Va. a saber Coleção Frei Cenáculo Cx/2-18.

⁵⁷ Ele negociava peças dessa ordem dentro de uma rede de contatos. Em 1802, ele negociava, a pedido de d. Rodrigo, duas coleções de peças mineralógicas em Berlim a preço de uma. Para concretizar essa negociação, firmou uma série de correspondências. Nelas, solicitava a remessa de plantas do Jardim da Ajuda que pudessem renascer em Berlim e pedia a d. Rodrigo sua intervenção junto a Vandelli, visando a obter tais plantas, que entrariam na negociação em curso. Correspondência José Bonifácio BN. Mn I-4, 32, 84.

⁵⁸ KURY, L. B.; CAMENIETZKI, C. Z. Ordem e Natureza. Coleções e Cultura Científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, 1997, v. 29. Esse debate acerca da ordem da natureza, da classificação e do estatuto das coleções de História Natural não se restringia a Portugal. Pelo contrário, os autores constatam que *ele marcou o panorama intelectual europeu das última décadas do século XVIII e do início do século XIX, banindo desse tipo de museu e gabinete a curiosidade dita como frívola e inútil*. *Ibid.*, p. 63 e 65, respectivamente.

⁵⁹ No prefácio do *Diccionario dos Termos Technicos de História Natural*, editado pela Real Officina da Universidade em 1787, Vandelli preconizou: *Neste século é a História Natural mais cultivada, que nos passados, o que demonstraram as grandes e interessantes descobertas e o avultado número de Museus. Daí, preferir os museus de História Natural e não aqueles do passado cheios de medalhas. Sua atualidade*

ato contínuo, isso indicava um apreciação pública das ciências naturais que informavam as instâncias governativas.

De maneira sistemática e altamente propositiva, os *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772, no Livro III, Parte 3, Título 6, Cap. 1 e 3, dedicado às ciências naturais e filosóficas, declaradamente objetivavam, no que tange ao Gabinete de História Natural, criar um novo tipo de espaço. Era desejado afastar-se e superar o modelo, considerado antigo, voltado apenas ao gosto e à curiosidade infrutífera de um particular, composto por um ajuntado de muitas peças, em geral excepcionais, passado como herança, fechado à instrução pública. Esse tipo de antigo gabinete estaria fadado à sua não-conservação e à destruição. Buscando solucionar esse modelo dito antigo, o Tesouro Público e a Universidade de Coimbra convocavam a doação dessas coleções, o que garantia a sua serventia para a instrução da mocidade e a sua integridade física, centrando-se no parâmetro da grande cadeia dos seres⁶⁰. Essa nova ordem de gabinetes e museus teria uma recepção diversificada em seus usos. Um visitante poderia apenas correr os olhos, um amador ali encontraria motivos para desenhar e se entreter, o colecionador veria sua coleção em seu estado atual e um naturalista poderia passar a vida aí estudando. O *Palito Métrico* (1788), ao descrever desventuras dos estudantes em Coimbra em tom jocoso, recomendava que cada estudante, para seguir a moda da história natural, deveria *ter em casa alguns gafanhotos, borboletas, petrificados e etc*⁶¹. Esses gabinetes eram apreciados, na chave iluminista, principalmente por contribuírem para o adiantamento da história natural⁶², propiciando o visionamento dos objetos inventariados pela história natural. Em seus displays, surgiria a grande cadeia dos seres que visivelmente patenteava

solicitava que na impossibilidade de se poderem ver todas as produções da Natureza espalhadas em países tão remotos supre o Museu, no qual como em um Anfiteatro aparece em uma vista de olhos, o que o nosso Globo contém. Ibid., p. I-II.

⁶⁰ VANDELLI explica esse encadeamento em Discurso Preliminar da sua *História Natural*. BN, Mns. 23, 03. 012.

⁶¹ *Palito Métrico e correlativa macarrónea latino-portuguesa*. Op. cit., p. 358.

⁶² Na Encyclopédie, em seu verbete sobre Gabinete de História Natural, lia-se: *La science de l'Histoire naturelle fait des progrès à proportion que les cabinets se complètent; l'édifice ne s'éleve que par les matériaux que l'on y employe, & l'on ne peut avoir un tout que lorsqu'on a mis ensemble toutes les parties dont il doit être composé. Ce n'a guere été que dans ce siecle que l'on s'est appliqué à l'étude de l'Histoire naturelle avec assez d'ardeur & de succès pour marcher à grands pas dans cette carrière. C'est aussi à notre siecle que l'on rapportera le commencement des établissemens les plus dignes du nom de cabinet d'Histoire naturelle. Disponível em: <<http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.1:2749:1.encyclopedie0416.5944623.5944632>> Acesso em 9 de setembro de 2016. A história natural ficava numa espécie de charneira, que permitia a presença de colecionadores diletantes, aristocráticos, cada vez mais superados e identificados com o passado e o advento de um rol de homens de ciência e letrados que, mesmo amadores, dedicavam-se às ciências, com seus benefícios gerados para o bem comum. E, em sendo assim, tais homens pareciam coerentes com seu próprio presente, soando modernos.*

a criação divina, fonte dessa cadeia. Dentro dessa noção de grande cadeia dos seres, haveria um fio de continuidade entre os seres com tênues fronteiras entre as espécies⁶³. Segundo os *Estatutos* da Universidade de Coimbra, ainda no Livro III, esse olhar, ao defrontar-se com os objetos, produziria *ideias cheias de mais força e verdade do que quaisquer descrição e figura* pudessem expressar⁶⁴. O objeto teria primazia na representação da história natural e animava os naturalistas a embarcarem em viagens científicas com o intuito de acharem, em terras distantes, *as plantas e os animais que completassem a cadeia dos seres ou o mapa da criação*⁶⁵. Para essa pesquisa, era imprescindível ter método. As instruções escritas por naturalistas a partir da década de 1780, principalmente por Vandelli, prescreveram a coleta, a preparação, a remessa e a conservação das memórias, dos mapas, dos riscos e dos objetos levantados. As instruções escritas nesse eixo Lisboa e Coimbra ensinavam suprir a distância, regravando os gestos, o andamento, os procedimentos e o registro das viagens empreendidas⁶⁶, recomendando

⁶³ KURY, L.; CAMENIETZKI, C. *Op. cit.*, p. 59-60

⁶⁴ Buscando formar um Museu Nacional, as *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes à História Natural para formar um Museu Nacional* de 1781, na sua Advertência, desde logo, declarava: *As relações, por mais exatas e completas que sejam, nunca chegam a dar-nos uma ideia tão perfeita das coisas, como a sua mesma presença; por esta causa se tem ocupado os Sábios, particularmente neste século, em ajuntar com a proteção dos Príncipes, os exemplos de vários indivíduos de diversas espécies de animais, Vegetais e Minerais, que se encontram em diferentes países para apresentarem de modo possível à vista dos curiosos um como compendio das principais maravilhas da Natureza.* Disponível em: <<http://purl.pt/720/1/index.html#/5/html>>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

⁶⁵ KURY, L.; CAMENIETZKI, C. *Op. cit.*, p. 60.

⁶⁶ Esse gênero de instrução proliferou na Europa desde a publicação em 1759 de *Instructio Peregrinatoris*, escrito por Norblad e avalizado por Lineu, sobre a melhor forma de coletar o material na senda da história natural. Em detalhe, uma instrução orientava a respeito de cada reino da natureza, detalhando técnicas. As *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes à História Natural para formar um Museu Nacional* ensinava a fazer a remessa de animais coletados, requisitando que viessem com a cabeça inteira, os quadrúpedes com as unhas e dentes, as aves com os bicos e os pés, os peixes com suas barbatanas e cauda, e tudo o mais que bem o caracterizasse deveria vir inteiro. Alertava, em seguida, que os olhos deveriam ter um tratamento à parte, embalados delicadamente e remetidos numa caixa específica a fim de não se corromperem ou perderem. Ou seja, a instrução atuava na formação do olhar do naturalista, encomendando, de certa maneira, o objeto e seu possível risco ao definir a correta maneira de abordá-lo sob os moldes da História Natural. VANDELLI, D. *Breves Instruções...*, Lisboa: Regia Oficina Tipographica, 1781. p. 7 e 8. Ainda para controlar o envio de materiais coletados, frei Veloso ensinava a fazer as anotações escritas no papel dentro de um sistema de colunas feitas no papel por meio de uma série de dobras nele que resultavam nas tais colunas. De maneira, que de longe, o naturalista seguiria a risca com seus gestos uma instrução de uso do papel e da forma de escrita. Para evitar extravios das peças, frei Veloso recomendava etiquetar as embalagens por dentro e por fora, detalhava as qualidades do objeto que deveriam ser anotadas para facilitar seu reconhecimento quando chegasse à instituição científica a qual se destinava. Por exemplo, o naturalista deveria notar o terreno onde nascia dada planta, o período do ano onde isso ocorria, o desenho da planta crescida caso enviasse somente as sementes. Instruía ainda sobre o tamanho e o revestimento das caixas para embalar. VELOSO, Fr. J.M. *Instruções para o transporte por mar de árvores, plantas vivas, sementes e de outras curiosidades naturais*. Lisboa: imprensa Régia, 1805. Apesar da instrução que seguia impressa junto com o naturalista, nem sempre este, na pressa, nas contingências da localidade, no campo, conseguia cumprir estritamente as recomendações dadas. Por outro lado, escrever uma instrução indica um lugar de central aspirado pelo autor.

toda uma série de procedimentos que produzia um conjunto coerente e complementar de representações do território percorrido.

Esse tipo de gabinetes atrelava-se, vivamente, a uma noção de razão profundamente utilitária, nem por isso destituída de senso de estético. O importante naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, crítico da curiosidade frívola⁶⁷, reconhecia a capacidade de a história natural divertir com trabalho⁶⁸. A curiosidade casada à utilidade era entendida como uma categoria cognitiva fundamental, inclusive para o bom funcionamento e atrelamento do deleite com a utilidade e o trabalho aplicado pelo sujeito que conhece. Cabe levantar a hipótese acerca da definição de Hume acerca da curiosidade que parece delinear esse universo português letrado entre meados da segunda metade do setecentos e começo do XIX, sobretudo à luz das relações acadêmicas, letradas, científicas, diplomáticas e políticas travadas entre Portugal e a Inglaterra⁶⁹. A definição de curiosidade convergiria para os estudos da história natural. De acordo com Lorraine Daston, a curiosidade em Hume instaurava um deslocamento em sua lógica, sendo *an inborn desire excited by some idea that is at once forceful and* - aí, Daston cita Hume - *“concerns us so nearly, as to give us an uneasiness in its instability and inconstancy”*⁷⁰. Tal noção de curiosidade exigia, então, aplicação e trabalho constantes por parte do sujeito curioso. Ela se opunha a uma noção de luxúria frívola, sem utilidade para si ou para o bem comum, condenada como paixão do passado, enquanto a reconfiguração da curiosidade se conjugava à utilidade e se conformaria numa condição interna do sujeito que não se contentaria com o conhecido,

⁶⁷ Vandelli refere-se a esse tipo de curiosidade desvincilhada da utilidade. Contou a Lineu, em setembro de 1765: *A Rainha aprecia a história natural. O Grande administrador deste reino, nosso colega, de Oeiras, reconhece a sua utilidade e grandeza. Mas o vulgo daqui considera a história natural mera curiosidade, e quase todos julgam o estudo adequado apenas para que as horas sejam gastas e que haja algum deleite para a alma; não crêem que a utilidade percebida por esse estudo possa ser grande a ponto de ele dever ser cultivado por muitos.* DE VANDELLI para Lineu. *De Lineu para Vandelli: correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008. P.70.

⁶⁸ HEYNEMANN, C. B. *Op. cit.* p. 158. A autora explica sua posição moderna, científica e utilitária no interior do debate acerca da cochiologia. Ele percorreu por 9 anos o norte e o centro-oeste da América portuguesa. Dessa expedição, resultaram mapas, desenhos sobre fauna e flora, uma remessa inaudita de espécies dos três reinos para o complexo da Ajuda, relatos sobre a população local com mapas de população, memórias em estágios distintos de escrita sobre a natureza local, as gentes e a vida dos índios em suas diversas identidades. Em Lisboa, no Jardim Botânico e na Casa do Risco, os desenhos dessa expedição foram continuamente trabalhados, reeditados e finalizados. FARIA, M. *A imagem útil*. José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural. Lisboa: Editora da Universidade Autónoma de Lisboa, 2001. GOELDI, E. *Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira* : mormente em relação as suas viagens na Amazonia e sua importância como naturalista. Pará: Alfredo Silva, 1895.

⁶⁹ Breno Ferreira indica a compreensão de parte da obra de Locke por Verney. FERREIRA, B. *Contra todos os inimigos. Luís António Verney: historiografia e método crítico. (1736-1750)*. Dissertação (Mestrado) - USP, 2009. Cap. 2.1.

⁷⁰ Em DASTON, L.; PARK, K. *Wonders and the Order of Nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 1998. p. 326.

sendo movido por uma instabilidade e variedade ancoradas no mundo perscrutado; logo, instado por ele.

Brotero abordou a relação entre o útil e o agradável no *Compendio de Botanica ou Noções Elementares desta Sciencia segundo os melhores Escritores modernos, exposta em Lingua Portuguesa* - cuja edição data de 1788, sendo publicada em Paris. Dizia Felix de Avellar Brotero:

O estudo botânico reúne à sua utilidade um superior grau de agradável, a imensidade dos entes vegetativos, que de continuo renovam a face da Terra, sendo um dos mais belos e amenos espetáculos, que nos apresenta a natureza, um vastíssimo campo, em que os olhos de um atento observador encontram a cada passo maravilhas sem numero variadas, objetos de profundas meditações, que engrandecem o espírito, e o elevam até a firme persuasão de um Deus, Autor do Universo⁷¹.

Esse princípio, fundado no binômio útil e agradável, permeava outros gêneros de escrita e de representação, tonificando a noção de que, entre a natureza e a civilização, havia uma semelhança profunda e, destarte, poderiam ser expressas com as mesmas categorias enunciativas e retóricas que, por sua vez, eram ditas sob a régua da evidência porque se orientavam também pelo saber físico e matemático. Em 1748, Francisco José Freire tomara partido semelhante quanto à poesia:

... em si mesma procura causar seu deleite; e considerada como arte sujeita à faculdade civil, toda se emprega em causar utilidade. E como quer que esta tal faculdade seja a que encaminha as Ciências e Arte à felicidade eterna, à temporal e ao bom governo dos povos, por isso a verdadeira e perfeita poesia deveria sempre igualmente deleitar que utilizar a uma República⁷².

O binômio utilidade e deleite, frise-se, remetia de imediato às ciências e às artes que não estavam, naquela altura, dissociadas em campos irredutíveis e antagônicos. Pelo

⁷¹ Ocioso mencionar que a História Natural atrelava, numa mesma lógica, a prática e a teoria, a aplicação e a definição, o elemento individual da natureza e a criação divina, integrando-se numa compreensão global da Terra e da metafísica. Essa abordagem totalizante alicerçava sua eficácia.

⁷² *Arte Poética ou regras da verdadeira Poesia*. Lisboa: Off. Francisco Luis Ameno, 1748, cap. IV, livro 1. Magistral na sua análise, Miguel Faria explora esse princípio horaciano em *Imagem Útil*. *Op.cit.*

contrário, entremeavam-se também, porque pressupunham um domínio técnico e de fatura acoplado à noção de *ars* aí em voga⁷³.

Boa parte desses espaços da história natural, também museológicos em suas finalidades, régios e acadêmicos, evidenciava tanto a efetivação desse binômio utilidade e deleite, quanto o anseio pela institucionalização das ciências e dos museus, interconectados, sobretudo a partir da reforma da Universidade de Coimbra, da ascendência de frei Cenáculo, de Domenico Vandelli e de Giovanni Antonio Dalla Bella, da fundação da Academia Real das Ciências e do estabelecimento do complexo da Ajuda⁷⁴. Todos se atrelavam, intimamente, a uma série de expedições patrocinadas pela monarquia portuguesa, entre fins do século XVIII e o começo do XIX, que realizou um inventário do mundo ultramarino, tropical⁷⁵ e do Reino, a partir da história natural, e que foram, cada vez mais, concertadas à nascente economia política. Essas expedições pela América portuguesa, em geral pautadas nas instruções de Vandelli, descortinaram nos sertões um novo espaço colonial, descobriram novos métodos e novos objetos dignos da

⁷³ O comentário de Machado de Castro, em 1787, dedicado à Rainha, no Discurso proferido em seu aniversário, evidencia esse engate entre ciência e arte: *Sendo pois o Desenho de tanta utilidade para os professores de Ciências, que proveitos, que interesses não resultam dele às Artes, e a todas as manufaturas? Essas qualidades o fazem (como disse) preciso em qualquer Estado onde há civilidade. A Pintura, a Escultura e a Arquitetura são as Depositárias dos copiosos frutos destes ramos. Elas os prodigalizam a todas as Artes subalternas, e aos mesmos ofícios fabris, quanto mais a fundo, e com maior profusão derramarem o suco destes frutos, e com quanta maior sede o gostarem aqueles, que precisamente devem nutrir-se dele, tanto melhores serão as produções de seus respectivos empregos. Utilidades do Desenho*, CASTRO, J. M. *Discurso sobre as utilidades do desenho*. Lisboa: António Rodrigues Galhardo, 1788. p. 8. Artes, ciências e técnicas se articulavam à civilidade como bússolas num mundo em transformação e revolto na perspicaz metáfora de *Perfeito Pedagogo na arte de educar a mocidade* de 1782, p. 243: *Estas reflexões são necessárias para polir os costumes, para ser sociável, e tecer entre os nossos semelhantes aquele comércio tão necessário para a subsistência do gênero humano, mas não se podem adquirir sem o conhecimento de certas Ciências, e Artes, que são como outras bússolas que nos conduzem nos grande mar do mundo. Elas são as que nos inspiram os conhecimentos; e dos quais nascem ao depois tantas excelentes qualidades, que fazem os Homens amáveis, e juntamente religiosos e cristãos.*

⁷⁴ Uma carta de Vandelli ao Abade José Corrêa da Serra, primeiro secretário da Academia de Ciências de Lisboa, datada de 14 de maio de 1780 patenteia essas conexões dentro de uma mesma lógica de saber, entremeada a uma sociabilidade letrada e científica. Cito: ... *Visconde de Barbacena me escreveu que V. Mce. Tinha ido fazer uma viagem no Tejo, e espero que terá recolhido muitas plantas aquáticas, e paludosas e a coleção de todos os peixes para o museu seria muito boa. Eu levarei comigo todas as conclusões modernas que tenho e as antigas que recomendei. Ele ensinava poder mandar tudo em dobrado para o museu para poder provavelmente ter mais de um uso e a garantia da peça, bem como ansiava pela abertura da Academia aos sócios.* AYRES, C. *Op. Cit.*, p. 130.

⁷⁵ No todo, as longas e científicas viagens exploratórias do Barão George Anson (1740-1744), conde Louis-Antoine de Bougainville (1766-1769) e capitão James Cook (1768-1771, 1772-1775 e 1776-1780) afirmavam as especificidades das ilhas tropicais que demandariam um estudo detalhado e específico. Bem como, essas viagens afirmavam a representação dos trópicos tal qual um espaço privilegiado graças à fartura das produções naturais, se comparadas à escassez de frutos da natureza na Europa. GROVE, R. *Green imperialism*. Cambridge University Press, 1996. e PÁDUA. *Op. Cit.*

exploração colonial e vasculharam a natureza da América portuguesa, deparando-se com suas gentes, seu território e seu mundo natural⁷⁶.

O mencionado Vandelli em *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar*, de 1779, reconhecia a singularidade dessa natureza e as abordagens por parte do naturalista diante dela. Em suas palavras:

*O filósofo que viaja pela Europa deve ter lido, e levado mesmo em sua companhia, a flora dos países por onde for, que lhe possa servir de guia no conhecimento das plantas. Porém, o que viaja pelo Brasil, destituído de todos esses socorros, vê-se metido no meio de um mundo novo, ainda hoje tão desconhecido como no primeiro dia de seu descobrimento, se excetuarmos alguma parte da sua costa, observada por Piso e Marcgraf, e das produções que são comuns a outra parte da América, investigadas por Plumier, Vansloan, Castesbas, Janchyn. Só a observação e a experiência o podem pôr em estado de penetrar por este vastíssimo país. A experiência o confirmará nas suas tentativas, e a observação e contemplação da natureza lhe ensinarão toda a ciência da história natural.*⁷⁷.

A partir daí, Vandelli orientava o olhar do naturalista⁷⁸ quanto ao objeto a ser observado e por tais critérios descrito, anotado, recolhido, secado, embalado, remetido, desenhado ou esboçado. Todas essas atividades entrelaçadas e sequenciadas respondiam pelo inventário classificado e ordenado do mundo percorrido, que, ao ser visto e descrito,

⁷⁶ Vale lembrar que os portugueses *tout court* se integraram pouco nessa frente científica das viagens científicas no ultramar.

⁷⁷ Uso o texto publicado em *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes Ed., 2008, p. 123 e 124. Ele, pessoalmente, trabalhara para o Duque de Módena fomentando a história natural na Itália. Ele se credenciava tendo trabalhado junto ao Jardim Botânico de Pádua, o mais antigo da Europa. Estava no todo à vontade para orientar as técnicas do Jardim da Ajuda e de particulares como do marquês de Angeja.

⁷⁸ Suas Instruções para a viagem filosófica tiveram uso efetivo no percurso de Alexandre Rodrigues Ferreira ou nas excursões de Balthazar da Silva Lisboa por Coja e parte da Serra da Estrela e por Ilhéus. Uma série de instruções, arrolada pela historiografia, designa a intenção de guiar a observação, o registro, o recolhimento, o envio e a descrição do mundo visitado que incluía, muitas vezes, a preocupação em registrar os sinais – as ruínas, muitas vezes – dos tempos do passado. Nesse diapasão, em 1781, a Academia das Ciências de Lisboa editou o manual *Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a história da natureza para formar um Museu Nacional*. Buscava cumprir o objetivo proclamado em seu título quanto a orientar a remessa científica de animais, vegetais, minerais e objetos vindos do ultramar, hoje considerados antropológicos. As Instruções foram distribuídas, a partir de 1782, aos agentes coloniais, governadores em geral, para orientar tais remessas, como mais de uma vez ocorreu de Pernambuco, do Rio de Janeiro, da Bahia para Lisboa. PEREIRA, M. R. de M. Conhecimento científico da caatinga no século XVIII. In: KURY, L. et. alli. *Sertões Adentro*. Op. Cit. p. 115.

passava a integrar-se ao império de sua majestade. O processo de recolha, preparação e descrição das espécies arregimentava uma série de sujeitos letrados, muitos vindos do Reino e outros da localidade, que eram conhecedores do mundo natural e que tinham o objetivo de perscrutar a natureza, por meio de uma série de tarefas. Entre esses sujeitos, os naturalistas, os desenhadores, os cartógrafos, os astrônomos, os engenheiros-militares, os remadores, os moradores, os índios⁷⁹, os colonos, as altas patentes militares, as autoridades locais e do império, os soldados, os eclesiásticos, os funcionários, os fazendeiros e, assim por diante, para que fosse possível entrar no território, percorrê-lo e para que fossem consultados amiúde sobre a utilização e a aplicação que determinados produtos poderiam ter na agricultura, na farmácia, na indústria e no comércio.

Vandelli se correspondia com o *gentleman* Thomas Pennant, um naturalista incansável, segundo João Carlos Brigola, que ajudou a popularizar e a promover a história natural nas ilhas britânicas. Sua atuação e trajetória expõem a face amadora, não menos eficiente, da história natural que adentrou o cotidiano letrado e diletante e que conquistou, por meio dos relatos, das imagens, dos objetos, dos hortos, dos jardins, uma nova camada de leitores e leitoras e de praticantes⁸⁰. Ora, espaços de sociabilidade, museus, jardins, textos, objetos e imagens eram capitais na divulgação e na recepção da história natural. Esses manuais, escritos⁸¹, ilustrações, objetos coletados, preservados, remetidos e decorrentes das viagens funcionavam dentro de uma complexa teia de relações internacionais e dentro do império, estabelecendo entre si uma série de agenciamentos associados a lugares visitados e estudados, que se tornavam, por seu turno, uma nova ordem de lugares perscrutados pelo saber científico e, dessa maneira, incorporados pela monarquia. Participar dessa rede ou parecer que a ela pertencia exprimia uma credencial social e letrada.

Essa cadeia de produção e transmissão da informação para centros acadêmicos, científicos, letrados, sem necessariamente resultar no uso profícuo do material levantado,

⁷⁹ Figura chave no reconhecimento da natureza e do território na América portuguesa nas jornadas de Alexandre Rodrigues Ferreira.

⁸⁰ CRUZ, A. L.; PEREIRA, M. R. de M. *Instructio Peregrinatoris*. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII. BRIGOLA, J. C. O Coleccionismo Científico em Portugal nos finais do Antigo Regime (1768-1808), ambos in: KURY, L.; GESTEIRA, H. (orgs). *Ensaio de História das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed UERJ, 2012, p. 328. Sobre a disseminação do Museu de História Natural na Inglaterra, KAEPLER, Adrienne. *Holophusicon. The Leverian Museum. An Eighteenth-Century Institution of Science, Curiosity and Art*. Viena. ZKF Publishers. 2011.

⁸¹ Esses escritos abarcavam: listas de remessas, memórias, relatório, correspondências e diários.

mapeado, recolhido, remetido, acabou por *patrimonializar a própria história natural*⁸². Ao admitir o imprescindível conhecimento da história natural para as ciências e artes, Antonio Nunes Ribeiro Sanches frisava que ela conseguia intimamente desmontar a natureza e conhecer todos os produtos da terra, do mar e do ar. Sua utilidade seria imediata para um médico empregado numa ilha ou na colônia. Porque, na ausência de remédios na botica, ele precisava conhecer plantas, frutos, terras, sais e minerais que seriam usados como remédios, fiando-se no pressuposto de que cada ambiente continha, por obra divina, o remédio para uma doença ali ocorrida. Em suma, o médico precisava, no espaço extraeuropeu, conhecer as *virtudes* dos objetos naturais – em seu dizer – para o uso da medicina⁸³.

Essa cultura letrada e científica abrangia professores de história natural e de física, espaços museológicos dedicados aos estudos científicos e uma rede de amadores⁸⁴ ligados por correspondências e trocas de desenhos e objetos da natureza, além das expedições pautadas pela história natural e despachadas para o mundo ultramarino, mais aquelas empreendidas pelo Reino. Tais práticas de saber se integravam ao mundo colonial, alterando sua compreensão. Vandelli, correspondente contumaz de Lineu⁸⁵, remeteu-lhe, mais de uma vez, sementes para herborizar – isto é, *recolher plantas, frutos, flores para examiná-las como botânico ou para as conservar para usos médicos e das artes*⁸⁶. Tantas vezes, Vandelli correspondeu-se com Joseph Banks, para quem remeteu produtos de

⁸² ARAÚJO, A. C. *A Cultura das Luzes em Portugal*. Temas e Problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 79.

⁸³ *Método para aprender e estudar a medicina, ilustrado com os apontamentos para estabelecer se huma universidade real na qual deviam aprender-se as sciencias humanas de que necessita o estado civil e político*. Paris: s/ed, 1763.

⁸⁴ Apesar dos objetivos da monarquia portuguesa em busca da excelência em botânica e o desenvolvimento de projetos de melhoria no Reino e nas colônias, faltavam recursos ao complexo da Ajuda. Assim, atuaram com *comprovado (...) protagonismo* os amadores: Joaquim de Amorim Castro, José Francisco Correia da Serra, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Bernardino Antonio Gomes e frei José Mariano da Conceição Veloso, tendo, então, um treinamento e contato com os riscos e artefatos provenientes das viagens filosóficas empreendidas por ultramar. BRIGOLA, J. C. *Coleções, Gabinetes e Museus*. *Op. cit.* p. 281.

⁸⁵ Segundo Claudia Heynemann, Vandelli escolhia Lineu entre Aristóteles, Plínio, Buffon e Lineu, análogos aos pilares da história natural. Ele assim sucintamente justificava sua escolha: *Mal se conheceria Lineu, se o considerassem simplesmente como nomenclador: este célebre naturalista pensava mais nobremente a respeito da natureza; compreendia com agudeza e sagacidade maravilhosas todas as relações dos diversos entes; separava os pontos que eram comuns à sua organização; por uma espécie de inspiração de gênio adivinhava suas semelhanças internas e secretas: é quanto basta, para provar quanto havia meditado nas leis da Natureza (...). Foi ele o primeiro que elucidou o caos informe, em que os naturalistas deixavam jazer as produções da terra (...) e classificá-las por um método tão simples, que se pudessem achar quanto necessário: em lugar de uma descrição completa de cada Ente, contentou-se com indicar os caracteres mais notáveis, mais essenciais, que soube coordenar, segundo suas analogias, para formar um quadro resumido dos três Reinos da Natureza*. *Op. cit.*, p. 140.

⁸⁶ MARTINS, A. P. (edição e pesquisa). *ABC do Gabinete*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008, p. 41.

história natural, num sinal diplomático, de prestígio, de curiosidade científica e para negócios⁸⁷. Entre esses autores, em comum, a botânica conquistara um lugar de destaque. Em sua correspondência com o Visconde de Barbacena, então à frente da Academia Real das Ciências de Lisboa, Vandelli detalhava a remessa de estampas e de espécies bem preparadas⁸⁸, junto às notícias sobre as viagens filosóficas empreendidas. Falava daquela feita por Balthazar da Silva Lisboa por Coja e pela Serra da Estrela, da qual o naturalista vinha carregado de plantas, insetos e minas, quartzo, ouro, cobre, ferro e estanho, trazendo novas informações mineralógicas e geográficas da região⁸⁹ e diagnosticando seus usos a serem explorados. Essa troca de informações, objetos e desenhos alimentava a república das letras, aumentava o prestígio do correspondente, consolidava uma amizade acadêmica e letrada, tornando cada vez mais palpável, porque mormente visível, a materialidade da natureza em escala planetária⁹⁰, o conhecimento sobre ela e a rede de contatos congregada pela história natural, em especial.

Colecionador de história natural, um amador a princípio no assunto, o marquês de Angeja defendeu, frente ao visconde de Vila Nova de Cerveira, em 1777, numa carta, a utilidade de se fazer uma expedição com filósofos naturalistas e com um desenhador à nova demarcação negociada pelo visconde, no Tratado de Madri com a Espanha. Sob o

⁸⁷ À frente do complexo da Ajuda, Vandelli correspondeu-se com uma série de instituições de análogo feito em várias partes da Europa. BRIGOLA, J. C. *Museologia e História Natural em finais de Setecentos – o caso do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1777-1808)*. *Op.cit.*

⁸⁸ Vandelli discorreu sobre a técnica da preparação de quadrúpedes seguindo à risca as orientações de Lineu, por exemplo: arrancando-se língua e olhos e mantendo-se os dentes para não se ferir as características das ordens lineanas. Esse intercâmbio entre o exemplo da espécie e o desenho a fim de solucionar a questão da distância, a materialidade desses elementos naturais e as características próprias de plantas e animais não lhe escapavam: *O Filósofo que viaja ao Brasil não leva só o destino de conhecer lá mesmo os vegetais e animais sem dar cópia deles, ou pelo debuxo, no caso dos animais serem ferozes e as plantas não se poderem conservar, ou pela remessa das suas partes. Uns e outros depois de preparados devem ser remetidos para poder fazer parte do gabinete Nacional, onde se devem apresentar aos olhos de todos, depois de clarificados e reduzidos às suas ordens, gêneros, espécies e variedades, ou bem descritos, no caso de serem novos. Mas nem eles se podem remeter sem serem preparados, nem é esta preparação pouco considerável na sua prática*. Em VANDELLI, Domenico. *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar*. In: *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. *Op. Cit.*, p. 151.

⁸⁹ AYRES, C. *OP. Cit.* p. 196. Assinale-se que Balthazar percorreu Coja a convite do reitor da Universidade de Coimbra, que detinha terras nessa região. Pode-se supor que seria uma maneira de também localizar novas formas de exploração e produção de riqueza por ali.

⁹⁰ Numa correspondência de Lineu a Vandelli em janeiro de 1770, ele explicitou esse alcance cobiçado. Noticiou entusiasmado: *Sparman partiu ao Cabo da Boa Esperança para estudar a história natural. Thunberg foi para o Japão; Solander, acompanhado de Gadnius e Bertinus, irá em poucos dias para as novas terras do sul. O jovem Dmeil está na Pérsia, Pallas na tartária, Mutis no México e König em Tranquebar. (...) As plantas da Arábia, de Forsskal, e as surinamenses, de Rolander, irão para o prelo dentro de poucos dias. (...) Jacquin editou, com ilustrações coloridas, as plantas do horto de Viena e as mais raras plantas austríacas, assim enriquecendo a flora de nossos dias*. DE VANDELLI para Lineu. *De Lineu para Vandelli: correspondência entre naturalistas*. *Op. cit.*, p. 102.

prisma da química, da matemática e da história natural, o território seria perscrutado por instrumentalizadas observações, pois postulava que *só o naturalista é quem pode avaliar exatamente o preço intrínseco dos terrenos através de um mapa circunstanciado das suas produções*. A expedição, o naturalista e as ciências seriam úteis ao maquinário governativo da monarquia. O marquês de Angeja, por sua vez, seria um útil benemérito ao levar a cabo essa política que entranhava o estado e a ciência e que defendia a grandeza de Portugal frente às outras monarquias europeias. Pessoalmente, ele se empenhava em *dar cursos para homens que possam ser aptos para semelhantes empresas que ajudados das instruções particulares [possam] se aprontar para a expedição*. Dessa maneira, o naturalista amador não precisava ser um diletante desinteressado a recolher peças extraordinárias a esmo. Pelo contrário, a paixão de colecionador se vinculava ao adiantamento das ciências e suas utilidades, à história natural em particular de maneira programática. Para ele, todos concorriam para a melhoria da nação⁹¹.

Essa produção aliada a essa contígua e imediata difusão científica participava do iluminismo, colaborando para sua expansão e consolidação. Ao mesmo tempo, concorria para o processo de laicização do mundo⁹². O iluminismo vem aqui compreendido no sentido de uma série de processos e problemas que assumiam configurações singulares, conforme o contexto cultural onde emergiam, todavia profundamente angulados pelo experimentalismo e pelo enciclopedismo. Ele é afirmado em sua pluralidade, bem como, às luzes corresponderiam suas sombras, na vertente de Jean Starobinsky em 1789, os emblemas da razão⁹³. Ou seja, as luzes não seriam homogêneas, iguais, monocórdicas. Francisco Contente Domingues, ao estudar o oratoriano Teodoro de Almeida detectou o ecletismo que seria o primeiro padrão de referência na filosofia portuguesa de Setecentos⁹⁴. A seu ver, para esse oratoriano, o ecletismo era uma profissão de fé ao

⁹¹ Carta do marquês de Angeja ao Visconde de Vila Nova de Cerveira. Em *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes Ed., 2008, p. 86-89.

⁹² Na Universidade de Coimbra, a fixação de um curriculum de estudos e a secularização dos estudos contribuíram para a laicização dos saber científico com a introdução da matemática em todos os cursos e a montagem de laboratórios de estudo para a física, a química e a história natural.

⁹³ STAROBINSKI, J. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Cia das letras, 1988.

⁹⁴ Op. Cit, p.59. Na senda do artigo de DIAS, S. O ecletismo em Portugal no século XVIII. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, ano VI, pp. 3-22, 1972. Para Paul Hazard, o eclético seria um *filósofo que, calcando os pés o preconceito, a tradição, a antiguidade, o consenso universal, a autoridade, numa palavra, tudo o que subjuga a multidão dos espíritos, ousa pensar por si próprio, regressar aos mais claros dos princípios gerais, examiná-los, discuti-los, nada admitir senão perante o testemunho da sua experiência e da sua razão; e a partir de todas as filosofias que analisou sem qualquer parcialismo ou deferência, fazer para si próprio uma filosofia particular e doméstica que lhe pertence*. Essa passagem informa o estudo de Ana Rosa Clocllet em SILVA, A.R.C. O Marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, F.; RODRIGUES, C. (Org.). *'A Época pombalina' no*

afirmar: Na explicação de qualquer ponto protesto não me atar a nenhuma escola nem seguir cegamente algum Autor determinado, mas o que sinceramente entender que mais se chega à verdade. Assim, Francisco Contente Domingues sentencia: O filósofo tinha por obrigação averiguar a verdade, não detê-la a todo momento (...)⁹⁵

. Essa atitude filosófica na qual a faculdade de pensar era considerada livre transparecia nos *Estatutos de 1772*, da Universidade de Coimbra, respeitando, em tese, as máximas da razão, da religião e da monarquia – promotora dessa reforma que colocava a educação sob seu manto⁹⁶. O luso-brasileiro reitor de Coimbra e responsável pela sua reforma entre 1772 e 1777, Francisco de Lemos, explicitou essa íntima relação ideada entre a monarquia e a ilustração:

Não se deve olhar para a Universidade como um Corpo isolado, e concentrado em si mesmo, como ordinariamente se faz; mas sim como um corpo formado no seio do Estado, para por meio dos Sábios, que cria, difundir a Luz da Sabedoria por todas as partes da Monarquia; para animar, e vivificar todos os Ramos da Administração Pública; e para promover a felicidade dos homens, ilustrando os seus espíritos com as verdadeiras noções do justo, do honesto, do útil, do decoro; formando os seus Corações na prática

mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 414. Também vale apontar que Flávio Rey de Carvalho desenvolve a discussão sobre o ecletismo na Universidade de Coimbra reformada em CARVALHO, F.R. *Um Iluminismo Português*. A reforma da Universidade de Coimbra. São Paulo: Annablume, 2008, p. 58. Segundo Ana Cristina Araújo, esse ecletismo filosófico constituiu-se numa doutrina alternativa à filosofia escolástica, cada vez mais considerada errônea e perigosa. Dirigismo cultural e Formação das Elites no Pombalismo. Em ARAÚJO, A. C. (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 25.

⁹⁵SILVA, A.R.C. O Marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. Op.cit. p. 60.

⁹⁶ Desde o governo de d. João V a ciência apareceu como uma questão maior no que tangia ao território, à cartografia, à engenharia militar e ao estudo da história. Enaltecer a impressão, o impresso e a sociabilidade a sua volta e apostar na recuperação de manuscritos e na montagem de coleções como atividades cultas eram práticas importantes dessa guinada. Essas práticas seriam passíveis de condicionar a transmissão da cultura escrita em Portugal. Assim, a questão da datação do iluminismo em Portugal não se circunscreve à reforma da Universidade de Coimbra, quando o reformismo ilustrado, parece-me, se institucionaliza e promove a formação de uma nova camada de letrados aptos a atuar na monarquia portuguesa. Esses saberes que surgem desde a década de 1720-1730 já assinalavam a sua serventia dentro do edifício monárquico e essa demanda percorre, a partir de então, o setecentos, consolidando-se e ganhando mais envergadura, grosso modo, na década de 1770. A engenharia militar ajudou a estabelecer uma paisagem no mundo colonial e a cartografia coadjuvava os acordos diplomáticos e internacionais entre Espanha, Inglaterra, França, Holanda e Portugal. Ver BUESCU, A. I. *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural. Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Eds Cosmos, 2000; BUENO, B. P. S. *Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese (Doutorado) - USP, 2001 e FURTADO, J. F. *Oráculos da geografia iluminista – Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*, Belo Horizonte: UFMG/Ieat, 2012.

*das Virtudes sociais, e Cristãs, e inspirando-lhes Sentimentos de Humanidade, de Religião, de probidade, de Honra, e de Zelo pelo Bem Público*⁹⁷.

Ana Cristina Araújo explicou esse nexos entre virtude e conhecimento nos quadros dessa universidade *refundada* - onde se percebe que a melhoria moral de cada um adviria por meio dos benefícios da ciência e da formação de uma filosofia na qual o indivíduo ocupava um lugar importante:

*Ora, se a essência da virtude se encontrava plasmada na ordem pré-estabelecida da Natureza, a Filosofia Moral tinha forçosamente de compreender a “jurisprudência natural” e a “prudência civil”. A primeira, regida pelos imutáveis princípios da Natureza, devia familiarizar os indivíduos com as leis da razão universal, habilitando-o a um melhor relacionamento com Deus e com os outros homens. A segunda, postulando a aplicação à causa pública, considerava as ações úteis ao reino, deslocando o comportamento dos súditos para a esfera do direito positivo, da política e da economia*⁹⁸.

Sob esse primado, nos *Estatutos de 1772* da Universidade de Coimbra, as disciplinas filosóficas – filosofia racional, moral e natural – obrigavam a *Natureza a declarar as verdades escondidas, que, por si mesma, não quer manifestar, senão sendo perguntada com muita destreza, e artifício*⁹⁹. Logo, a natureza seria legível em sua ordenação interna, passível de ser explicada e recomposta em seus usos. Professor de história natural convidado por Pombal a fim de organizar essa área na Universidade de Coimbra reformada, Domenico Vandelli¹⁰⁰ alertava para a sapiência interna da natureza que o naturalista deveria se esforçar para penetrar e compreender, inclusive o mundo do ultramar. Vandelli frisava:

(...) só a observação, e a experiência podem por em estado de penetrar por este vastíssimo país (o Brasil), a experiência o confirmará nas suas tentativas, e a observação e a contemplação da Natureza lhe ensinarão toda a Ciência da História Natural. A

⁹⁷ Apud CARVALHO, F. R. *Um iluminismo Português?* Op. cit., p. 64. Grifos vindos de Flávio Carvalho.

⁹⁸ Dirigismo cultural e Formação das Elites no Pombalismo. In: ARAÚJO, A. C. (Org.). *Op. Cit*, 2000, p. 24.

⁹⁹ *Estatutos da Universidade Coimbra*, Lisboa: Impressão Régia, 1772, p. 229. Sobre a presença da disciplina de história Natural nos cursos da Universidade de Coimbra reformada, ver: CRUZ, A. L. B. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos Setecentos, uma leitura autoetnográfica*. Tese (Doutorado) - UFPR, 2004.

¹⁰⁰ O professor na universidade reformada figurava como um homem ocupado com a ciência, em produzi-la e transmiti-la, corretamente aspirando a sua utilidade para atender a um programa ilustrado de prosperidade. Vandelli foi o primeiro naturalista e professor a receber a Ordem de Cristo, segundo Ronald Raminelli.

Natureza não erra nas suas obras, ela sabe regular os tempos, escolher o terreno e procurar o Clima saudável às suas produções. (...) Por isso devendo o Filósofo seguir a natureza na sua indagação das plantas, deve começar por conhecer a sua habitação, observando os lugares em que vegetam, os Litorais, as Fontes, os Rios¹⁰¹.

O botânico Félix de Avelar Brotero subscrevia essa posição útil e decifrável da natureza em sua totalidade:

Não há vegetal algum, que não mereça de ocupar a atenção de um verdadeiro sábio; nenhum há, por mais desprezível que pareça, de que não possa esperar alguma utilidade (...) servem-nos em infinitos usos econômicos e merecem por conseguinte de ser estudados relativamente à Agricultura e Comércio¹⁰².

Nessa perspectiva, era imprescindível o estudo da História Natural, seja para conhecer bem o mundo português, seja como lastro, seja como expediente que forma a virtude de cada um. No Prefácio do *Thesouro de meninos, Resumo de História Natural, para uso da Mocidade de ambos os sexos e instrução das pessoas que desejão ter noções da História natural dos Três Reinos da Natureza*, o tradutor Matheus José da Costa explicitava a grandeza da história natural, muito em razão da organicidade que ela conferia ao mundo:

Todos devem concordar em que o estudo da História Natural é útil em Moral e em Política: em Moral, porque dando-nos a conhecer a nossa dignidade e preeminência sobre todos os indivíduos criados, nos obriga a reconhecermos o Criador e render-lhe as homenagens que lhe são devidas; em Política, porque desempenhado este dever com o Ente Soberano, facilmente satisfazemos os da sociedade civil, além de que as Artes e Ciências não fazem úteis progressos sem chegar à sua perfeição se não tem por base este estudo.

¹⁰¹ *Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos e Museus de História Natural*, Academia de Ciências de Lisboa, Série Vermelha, Documentos Vários, Século XVIII, Mn. 143. Em 1759, numa correspondência, Lineu o saudara de modo laudatório por sua habilidade em perscrutar a natureza: *Estupefato, vi a ti como uma fênix em meio à tua gente: insatisfeito com a casca exterior da natureza, não te deténs no seu vestibulo, mas adentras, penetras os segredos divinos e trazes às claras os que estavam encerrados no sacro interior da natureza*. KURY, L. (org.) *De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli*: correspondência entre naturalistas. Op. cit., p. 19.

¹⁰² BROTERO, Op. Cit, p. 75-76. Cabe lembrar que a economia não se emancipara como um saber autônomo.

Na *Encyclopédie*¹⁰³, Diderot mostrava a amplitude e a organicidade da história natural:

*L'objet de l'Histoire naturelle est aussi étendu que la nature; il comprend tous les êtres qui vivent sur la terre, qui s'élevent dans l'air, ou qui restent dans le sein des eaux, tous les êtres qui couvrent la surface de la terre, & tous ceux qui sont cachés dans ses entrailles. L'Histoire naturelle, dans toute son étendue, embrasseroit l'univers entier, puisque les astres, l'air & les météores sont compris dans la nature comme le globe terrestre; aussi l'un des plus grands philosophes de l'antiquité, Plin, a donné une histoire naturelle sous le titre de l'histoire du monde, historia mundi.*¹⁰⁴

A história natural era vista em uma escala planetária, conjugando espaços diversos – mares, terras, ares, continentes e localidades – e a ordem temporal da criação à atualidade daqueles homens. Ela ganhou um interesse incrível, entre meados do século XVIII e início do século XIX, quanto à classificação dos sistemas das espécies das plantas, dos animais e dos minerais – os tais três reinos constantemente nomeados. Os animais e as plantas eram estudados e descritos em seu sistema fisiológico. Nessa medida, a história natural permitia com esse interesse perscrutar o planeta e o lugar do homem nele. Além disso, apenas num processo lento, ela foi se desmembrando em subdisciplinas, como a fisiologia. Domingos Borges de Barros, depois Visconde da Pedra Branca, foi um baiano formado em Coimbra, ao lado dos também baianos Manuel Ferreira de Araújo, José da Silva Lisboa, Domingos Alves Branco Moniz (que publicou em *O Patriota*). Numa memória de sua autoria sobre o café, aparecida em três números desse periódico, ele especificou a importância da história natural: *Não sei porque gastamos tanto tempo e páginas em saber quem comandou em tal batalha, quantos mortos se acharam no campo; e nenhum em transmitir ao futuro os nomes daqueles a quem devemos tal ou tal planta. Por ventura interessa mais saber-se quem contribuiu para a destruição do que para a conservação da espécie humana?*¹⁰⁵

¹⁰³ Ana Cristina Araújo assinala a ampla divulgação dela em Portugal. A Cultura das Luzes em Portugal, bem como LISBOA, J. L. *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Inic, UNL, 1991, p. 146.

¹⁰⁴ DIDEROT, D. *Histoire Naturelle*. Disponível em: <<https://perma.cc/ST9J-9SP4>> Acesso em: Outubro 2016. Ver ROCHE, D. Natural History in the academies. In: JARDINE, N.; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. *Cultures of Natural History*. Cambridge Univ. Press, 1996. O autor também usa esse primeiro parágrafo da definição, p. 129.

¹⁰⁵ Apud ALCIDES, S. O Lado B do neoclassicismo Luso-Brasileiro: patriotismo e poesia no “poderoso império”. In: KURY, L. (org.). *Iluminismo e Império no Brasil O Patriota...* Op. cit., p. 78-79.

Esse investimento em perscrutar a natureza segundo essas perspectivas tentava alcances distintos. No plano internacional, uma atualização da monarquia portuguesa frente aos outros estados europeus e diante da enorme necessidade de enfrentar a reordenação do mundo colonial frente às ameaças concretas da independência dos EUA, com a perda por parte da Inglaterra de fatia importante de seu mundo colonial, da França revolucionária e de São Domingos revolucionário. D. Rodrigo elaborou, principalmente, uma reflexão sobre a natureza dos vínculos coloniais e sobre os riscos de não possuir modos de incorporação legítimos e sob a batuta do edifício régio das elites coloniais, atentando aos mecanismos de negociação e cooptação e às formas de arregimentar e manter esses quadros¹⁰⁶. Era considerado patriótico, entre os pensadores ibéricos, identificar as causas do declínio da monarquia¹⁰⁷. Nesse contexto, d. Rodrigo, na trilha da noção de estadista de Pombal, agregou à sua volta uma série de governadores e funcionários coloniais, bacharéis, filósofos e magistrados, principalmente, formados sob o primado reformismo ilustrado, nos conformes da análise de Nívia Pombo¹⁰⁸. Ele despachou, criteriosamente, o Visconde de Barbacena para o governo das Minas e uma série de colegas, como ele, formados em Coimbra e no Colégio dos Nobres, para cargos nos territórios coloniais¹⁰⁹. Em contrapartida, para esse grupo de luso-brasileiros arregimentado por d. Rodrigo, a função governativa trazia benefícios na forma de mercês e uma mudança notória na sua inserção no império. Esse grupo tinha compreendido a historiografia, distinguia-se pelos traços comuns, pela coesão e pela organicidade. Seu credenciamento deu-se mais em virtude dos estudos, do letramento, da atuação na máquina governativa do que pela origem de sangue, embora, em geral, viessem de

¹⁰⁶ Na ampla maioria formada em Coimbra. MORAIS, F. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1940, n. 60

¹⁰⁷ CANIZARES-ESGUERRA, J. *How to write the history of the New World: histories, epistemologies, and identities in the eighteenth-century*. Palo Alto, CA: Stanford Press, 2001, p. 97.

¹⁰⁸ SANTOS, N.P. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino*. Op.cit.

¹⁰⁹ Nívia Pombo Santos lista os governadores de capitanias próximos a d. Rodrigo e designados por ele: d. Diogo de Sousa, para o Maranhão; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para o Mato Grosso; d. Miguel Antonio de Melo, para Angola; Francisco Mauricio de Sousa Coutinho, para o Pará e Rio Negro; Fernando Delgado Freire de Castilho, para a Paraíba; Antonio Pires de Silva Pontes, para o Espírito Santo; Antonio Manuel de Mello e Castro e Mendonça, para São Paulo. Ele continuava uma política de nomeações iniciada por Pombal, padrinho de batismo de d. Rodrigo, que nomeara seu pai governador de Angola, no intuito de montar uma rede de governadores e agentes coloniais atrelada a ele. Além dos luso-brasileiros que lhe foram próximos: José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, José Gregório Moraes Navarro, José Álvares Maciel, José de Sá Bettencourt, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, frei José Mariano da Conceição Veloso, Hipólito José da Costa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Jacinto José da Silva, com uma concentração de atividades ilustradas na década de 1790. Nívia Pombo realça uma política de igual maneira em Pombal, no governo josefino: Francisco Xavier Mendonça de Furtado, no Grão-Pará e Maranhão; 2º marquês do lavradio, em Mato Grosso, depois vice-rei no Rio de Janeiro; Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, em Angola; e Morgado de Mateus, em São Paulo. SANTOS, N.P. *Ibid.*, p. 189.

famílias enriquecidas na América portuguesa. Esses letrados luso-brasileiros ocuparam-se diretamente do patrimônio colonial¹¹⁰. Eles diagnosticaram, no geral, a decadência da mineração e da agricultura, a cobrança excessiva de impostos e o abastecimento precário de alimentos, como males da América portuguesa. Seus esforços inseriam-se nessa toada patriótica antes mencionada. Aliás, a eles, o *Compendio* se filiava.

Para tais males, eles previram e tentaram intervenções mediadas, via de regra, pelas autoridades coloniais em conjunto com uma larga produção de textos, mapas e desenhos que detalhava seus diagnósticos e suas medidas para a *regeneração* daquela situação flagrada. Abriram aí as comportas para a introdução ou mudanças no cultivo do arroz, do trigo, do anil, da seda, do linho, do cânhamo, da canela e assim por diante. Tocavam em questões concretas e imediatas usualmente correlatas às ciências agrícolas, à mineralogia e ao modo de incrementar um comércio por meio da construção de estradas, da diminuição do custo do transporte e da formulação de melhores rotas, por exemplo. Esse processo coadunava-se a d. Rodrigo de Souza Coutinho e a seu amplo programa de reformas do império. Ele se perfilava às posições do abade Raynal¹¹¹ e de Adam Smith ao verificar o erro estratégico da monarquia inglesa de não anuir à representação das elites da América inglesa na tradição da Câmara dos Comuns, enquanto sobretaxava o fisco. De certa maneira, o projeto do império luso-brasileiro privilegiava os planos internos e externos enfrentados pela monarquia bragantina. Uma ação num plano interno rebatia no externo, eles se intercambiavam e se subsumiam numa cultura imperial conjugada às ciências.

Na microscopia, *in locu*, esse inventário regulado e ambicioso da natureza perseguia uma mudança que insidia na vida das pessoas na localidade ou em dada região quanto à geração de riqueza e às formas da sua obtenção. A *Oração*, proferida pelo afamado padre Teodoro de Almeida na abertura da Academia Real das Ciências em Lisboa, expunha essa nervura como um modo de remediar a vida de alguém:

Chora talvez o fraco lavrador a sua impossibilidade, não podendo desfazer um grande penhasco, que uma vez tirado, correria para o seu campo um rio de água, e em

¹¹⁰ De acordo com Ronald Raminelli, tornava-se, assim, mais palpável a ideia de império. RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas: governo a distância*, São Paulo, Alameda, 2008. p. 275.

¹¹¹ Ver a análise da argumentação de Raynal em SILVA, T. A. *Representações do Novo Mundo: as Américas Portuguesa e Inglesa na Histoire des deux Indes de Guillaume-Thomas Raynal*. Dissertação (Mestrado) - UFSJ, 2015. Cabe frisar que a agricultura não se dissociava do comércio, antes este desdobrava-se daquela e incrementava a civilidade entre os homens.

*lugar de uma terra agreste teria seares abundantes, e pomares salutíferos; mas eu sou só (diz ele desanimado) eu sou só; e dissipando o feliz pensamento que lhe tirara o sono toda a noite, volta na manhã seguinte ao seu duro trabalho, e rega com o suor da face inclinada, com as lágrimas dos filhos famintos, essa terra dura, que tirado aquele rochedo, veria frutificar por si mesmo*¹¹².

Não a esmo, tantas memórias perseguiram e tantos filósofos naturalistas empreenderam intervenções na localidade ou em certa região, estimando mudar a cultura de produção agrícola que, então, estava profundamente associada ao comércio¹¹³.

Vigorava um pressuposto de que a história natural permitiria e instrumentalizaria o conhecimento de uma determinada planta e, caso ela fosse bem entendida pelo plantador, pelo fazendeiro, pelo camponês, qualquer um deles saberia como bem aproveitá-la nas devidas condições locais e, dentro dessa lógica, a geração da riqueza decorreria consequentemente desse conhecimento básico e fundamental, originado na história natural e que teria máxima utilidade para o estado monárquico. Ao percorrer a região de Barcelos, no Grão-Pará, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira analisou, em 1786, o cultivo do anil pelos índios. Depois de observar e estudar o anil e seus usos, prescreveu uma série de medidas que previam contextos climáticos e o crescimento da planta. Recomendou ao fazendeiro numa memória, endereçada às autoridades coloniais¹¹⁴ para que fosse redistribuída, usar o melhor anil para dele se fazer a melhor manufatura e formar viveiros a partir das boas mudas. Pediu o emprego das melhores terras e mais fecundas, ao invés daquelas resultantes de queimadas, para não prejudicar as sementes. Indicou a rega das plantações nas grandes secas e, em caso de as terras ficarem alagadiças, indicou a necessidade de estagnar as águas, o que evitaria o apodrecimento das plantas. Aconselhou o corte da planta em sua maturidade para controlar e diminuir a perda. Essas

¹¹² AYRES, C. Op. Cit, p. 99.

¹¹³ Segundo o *Compendio de Observações* de José Antonio de Sá, a economia seria uma ciência que praticamente aplicaria os produtos naturais para o uso na vida e, portanto, tais produtos interessariam à vida, à sociedade e ao comércio capaz de gerar e refinar as sociabilidades, funcionando na qualidade de um agente civilizador. SÁ, J. A. *Compendio de observações, que formam o plano da viagem política e filosófica que se deve fazer dentro da pátria* Lisboa: Offic. de Francisco Borges de Sousa, 1783.

¹¹⁴ Nessa situação em 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira tratou dessa escrita obrigatória para atender o exercício do poder e, num jogo de cena, se colocava sob a alçada do governador: *Tenho impacientado a V. Exa, em dar-lhes a ler cousas, que V. Exa as sabe V. Exa pode deixar de as ler, porque bem as sabe, eu não posso deixar de as escrever, porque V. Exa. me ordena, que as escreva*. FERREIRA, A.R. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983, p. 76.

medidas visavam ao melhor proveito do anil¹¹⁵. Ainda em sua jornada pelo rio Negro, promoveu a cultura do arroz, visando a alimentar, dizia, a gente pobre e explicava, passo a passo, o modo de fazê-lo, introduzindo uma máquina de beneficiamento¹¹⁶. *O Fazendeiro do Brasil*, de frei José Mariano da Conceição Velloso, no volume dedicado ao algodão, descreveu, em minúcia, o tipo de algodão a ser cultivado sob as lentes da história natural, a fim de que se soubesse qual tipo de algodão deveria ser plantado em qual região e quais técnicas apropriadas deveriam ser manejadas. Buscava a melhoria da produtividade para evitar dispêndio com a mão de obra e certos danos. As memórias inglesas e francesas traduzidas nesse volume de *O Fazendeiro do Brasil* postulavam a viabilidade de pequenos agricultores obterem bons resultados com a produção do algodão, se o beneficiassem na própria fazenda¹¹⁷. Essas intervenções previstas para serem realizadas *in locu*, como no caso de Alexandre Rodrigues Ferreira ou nas publicações de frei Velloso, pretendiam promover a racionalização e a mudança substantiva, ambas imediatas, nas práticas tradicionais agrícolas, atualizando-as.

A botânica, sobretudo, adquiria um valor concreto e uma utilidade tangível no mundo cotidiano das plantações. Manuel Arruda da Câmara, tendo estudado em Montpellier, procurando *ser útil à pátria e aos seus compatriotas*¹¹⁸, aplicou-se, em sua casa, uma grande plantação nas margens do rio Paraíba do Norte, a fazer observações *segundo as*

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 95-99. Goeldi, há muito, salientou a heterogeneidade dos escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira, o que dificultava sua apreensão principalmente nesse diário. Não se tratava, assim, de um texto definitivo, mas de anotações e de fontes levantadas e avulsas. *Ibid.*, p.13. Esse naturalista se correspondia e atuava numa relação de continuidade com o secretário da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, entre 1770 e 1795, reconhecido por promover aulas de química no Real Laboratório, por estabelecer o Real Gabinete de História Natural, por enriquecer o Real Jardim Botânico, com plantas vindas do mundo colonial, além de patrocinar uma série de viagens filosóficas coordenadas por Vandelli ao ultramar. Martinho de Melo e Castro iniciou essa série de viagens filosóficas sob seu ministério. Alexandre Rodrigues Ferreira seguiu para a Amazônia; Manoel Galvão da Silva, para Goa e Moçambique; João da Silva Feijó foi a Cabo Verde; Joaquim José da Silva, a Angola; e todos levavam consigo as instruções vandellianas. No ministério de d. Rodrigo, essa inserção da ciência como instrumento para conhecer e incrementar o império ficou institucionalizada, consolidada e mais operativa, já estando suas premissas e modelagem armadas.

¹¹⁶ Nessa circunstância escreveu a Memória da introdução do arroz branco. *Ibid.*, p. 132-137.

¹¹⁷ MARQUESE, R. B. *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 119. O exercício de tradução desses manuais concorria para a formação desses letrados radicados em Lisboa. Feliciano Fernandes Pinheiro traduziu do inglês *A Cultura americana que contém uma relação do terreno, clima, produção e agricultura das colônias britânicas ao norte da América e das Índias ocidentais, com observações sobre as vantagens de se estabelecer nelas em comparação com a Grã-Bretanha e a Irlanda em 1799*, dando-lhe uma visão panorâmica do império britânico e parâmetros com os quais avaliar e analisar esse universo. Em outra direção, no intuito de alcançar um público leitor específico no ultramar, D. Rodrigo distribuiu *O Fazendeiro do Brasil* aos lavradores e plantadores através de governadores das capitânias.

¹¹⁸ KURY, L. Manuel Arruda da Câmara: a república das letras nos sertões. In: _____. et alli. *Sertões Adentro*. Op. Cit.

luzes, ainda que ténues, (...) para que meus patrícios tivessem alguma coisa que lhes fosse própria e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitam. Para evitar cair na desenfreada *sede de ouro*, Manuel Arruda da Câmara propunha, nessa sua obra dirigida ao Ministério: ... *todos esses obstáculos se aplainarão pelo trabalho daquele que, no mesmo lugar onde produz o gênero, sobre o que quer instruir, fizer repetidas experiências a respeito das influências do clima mais vantajosas, das diversas qualidades e mistura de terras mais próprias, dos meios mais fáceis de plantar, colher, beneficiar a colheita, diminuindo a mão de obra e aumentando por consequência o lucro*¹¹⁹.

A história natural propiciava um domínio inédito da natureza que, conseqüentemente, acarretava em mudanças na produção agrícola e na unidade produtiva, transformando-as, no caso de Arruda Câmara, num possível laboratório de estudo e experimento. Essas experiências pensadas e testadas na plantação, *in locu*, no microscosmo, coadunavam-se com uma série de medidas que remetiam à ordem do poder público. Alexandre Rodrigues Ferreira, ao percorrer o complexo fluvial do Rio Negro, deteve-se na análise das possibilidades do transporte fluvial e dos modos de realizar o descimento dos índios naquela região, considerando-as questões importantes da produção agrícola dali, que implicavam o exercício da violência e da intervenção na vida dos ameríndios.

Visto nessa clave, o programa de governança angulado pelo reformismo ilustrado não ficava distante da realidade vivida em várias partes do império e nas localidades, mesmo em suas franjas. Longe disso. Ele buscava comprovar, no diagnóstico e na execução, sua benfeitoria e utilidade por meio de, principalmente, uma rede de autoridades locais¹²⁰, convocadas a implementá-lo. Esse programa previa a possibilidade de promover o incremento produtivo dentro de cada fazenda, se necessário, e/ou num tipo de produção estudadamente escolhida.

¹¹⁹ CÂMARA, M.A. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de escolher e ensacar, etc em que se propõem alguns planos novos para o seu melhoramento*. Lisboa: Of. Da Casa Literária do Arco do Cego, 1799. In: GONÇALVES DE MELLO, J. A. *Manuel Arruda da Câmara. Obras Reunidas*. c. 1752-1811. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 111-112. Depois foi reeditado pelo *O Patriota* no Rio de Janeiro, talvez revelando a importância que a memória angariou nesse grupo em torno da Casa do Arco do Cego e da Imprensa Régia no eixo das cortes Lisboa e Rio de Janeiro.

¹²⁰ DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais de Setecentos. In: _____. *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*. Lisboa: CHAM, 2012.

Rafael Marquese localizou uma mudança capital, a partir da segunda metade do setecentos e acentuada entre fins do século XVIII e início do XIX, que transformava a noção da unidade produtiva rural, de tamanho pequeno à grande, em objeto de estudo, em motivo de melhoria e de intervenção por parte do lavrador, que entraria em consonância com a política promovida pela monarquia, em um programa pautado pelo reformismo ilustrado. Essa unidade produtiva seria compreendida, ao mesmo tempo, como uma peça que se integraria aos circuitos mercantis mais amplos¹²¹ - imperiais, pode-se dizer. No projeto capitaneado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, essa apreensão das partes do império, conectadas e em equilíbrio, consistia numa finalidade pragmaticamente ideada, pois ela garantiria a continuidade e a unidade do império, obstando a fratura interna, o aumento da insatisfação e as demandas por autonomia por parte dos colonos, como se via nos EUA ou na sangrenta São Domingos.

Nem tudo era bem assim em seus resultados. É um risco avaliar no todo as eficácias dessa ampla política colonial, ancorada em um novo rol de textos e de saberes consolidados no setecentos, no âmbito do reformismo ilustrado. Os estudos históricos têm tentado mapear suas eficácias, seus proveitos, seus recuos, suas desandadas, seus retrocessos, seus fracassos e sua falta de continuidade. José Joaquim de Azeredo Coutinho, em suas *Memórias sobre o preço do açúcar*, editadas em 1791, pela Academia Real das Ciências, propôs e executou, em sua fazenda, a mudança da disposição da fôrnalha para reduzir o consumo de lenha, durante o processo de cozimento do caldo com sucesso. Manoel Arruda da Câmara analisou o processo de fabricação do açúcar e experimentou mudanças em sua própria fazenda, com bons resultados, atentando-se, principalmente, à organização e à gestão do trabalho escravo.

Aqui, mora uma questão preeminente dessa produção letrada de memórias escritas a partir das observações e experiências locais e dirigidas à Academia Real das Ciências, ali chanceladas, e/ou em diálogo com aquelas editadas pela Casa do Arco do Cego e pelas tipografias que lhe prestavam serviços, como a de Simão Thadeo Ferreira¹²². Ao discutirem-se os critérios racionais da produção agrícola e do trabalho escravo, a figura

¹²¹ MARQUESE, R. B. *op.cit.* Cap. 2. Ver também ROCHA, A.P. *A economia política na sociedade escravista*. São Paulo: Hucitec/DHUSP, 1996.

¹²² O problema não se esgotou aí, entretanto. Vários negociantes, fazendeiros e viajantes continuaram a debater os modos de produção agrícola em terras brasileiras até 1840, data limítrofe da pesquisa por mim desenvolvida. Tal qual se viria no *Manual do Agricultor Brasileiro*, logo a seguir rapidamente comentado no texto, ou nas tantas memórias sobre o assunto publicadas pelo jornal *Auxiliador da Indústria Nacional*.

do escravo desempenhou um papel chave, pois seu corpo, nessa lógica científica e moderna, participava dos mecanismos de maximização da produção. Rafael Marquese salientou que o *modus faciendi* dessa questão ocupou boa parte desses letrados luso-brasileiros em consonância com autores franceses e ingleses, também concernidos com o assunto. Segundo Marquese, José Caetano Gomes, em sua memória sobre a cana de açúcar, produto havia muito cultivado no Brasil e em boa fase de exportação naquele período, examinou minuciosamente os gestos e o manejo da enxada pelos escravos no plantio e na capina dos canaviais, analisando a relação entre o corpo, o gesto, o instrumento e a produção obtida. Outros memorialistas prescreveram a melhoria no sustento material do escravo e a união conjugal estável de cativos; porém, a meta, por fim, consistia em conformar um escravo disciplinado¹²³. *Grosso modo*, pode-se dizer, que muitas dessas memórias miravam a unidade produtiva na localidade e/ou região, interessadas em instrumentalizar uma mudança racional nas formas de produção de um bem agrícola, analisando com presteza o trabalhador compulsório, tendo em tela um rol de publicações, memórias de igual formato no geral, europeias, francesas e inglesas, em particular, que espiavam e retraduziam as experiências e os aprendizados dos mundos coloniais – aqui, especialmente antilhano -, e os modos de reordenar o mundo colonial sob o ideal de prosperidade (recorrentemente nomeado por melhoria ou benefício e seus termos correlatos) bem policiado¹²⁴. A localidade e/ou região, por seu turno, integrava-se à arquitetura burocrática da monarquia portuguesa, sobretudo sob o comando sistemático de d. Rodrigo de Souza Coutinho.

Para esboçar o alcance dessa operação governativa e de suas engrenagens, compensa recontar a atenção dispendida por d. Rodrigo ao salitre na direção proposta por Magnus Pereira. Em 1796, logo ao assumir a pasta da Marinha e do Ultramar, d. Rodrigo coordenou um projeto no reino e no ultramar, objetivando a produção de salitre, no intuito de liberar-se de sua importação. O salitre era insumo da fabricação de pólvora, usado para a exploração de alguns tipos de minas e em certos trabalhos públicos de monta, além de

¹²³ MARQUESE, R. *Op. cit.*, p. 131 e seguintes. Em Alexandre Rodrigues Ferreira, a questão da disciplina de trabalho entre os índios atravessa seus relatórios e memórias formando cabedal para suas propostas de mudanças na produção agrícola e nos usos dos rios.

¹²⁴ Esse pensamento carregado de ação, sem um negar o outro, convergia com as propostas de d. Rodrigo de Souza Coutinho nos seguintes aspectos: no fomento às atividades produtivas que alicerçavam a geração de riqueza, a suspensão dos obstáculos monopolistas e exclusivistas, sobretudo no governo joanino, o debate entre a economia política e a fisiocracia como abordagens e métodos postos na mesa e como alternativas a orientar e informar a fundação e manutenção do império luso-brasileiro. Essas noções concorriam para o fortalecimento das conexões entre os territórios do império e suas correlações hierárquicas com a corte, sediada e ancorada na figura do monarca.

servir para a conservação das carnes¹²⁵. D. Rodrigo, assim, reuniu, explica Magnus Pereira, um grupo de luso-brasileiros composto por João da Silva Feijó¹²⁶, frei José Mariano da Conceição Veloso e Manuel Jacinto Nogueira da Gama,¹²⁷ que levou a cabo dois empreendimentos. De um lado, desenvolveu experiências para a produção artificial do salitre, recorrendo a um rol de naturalistas que lhe era próximo. Além disso, d. Rodrigo ainda comissionou Manuel Arruda Câmara para investigar sobre as ocorrências de salitre em suas viagens pelas capitâneas do nordeste da América portuguesa, incluindo, assim, naturalistas fora de seu círculo mais estrito para levar a cabo esse projeto. Por outro lado, empreendeu, junto à Casa do Arco do Cego, uma série de traduções do francês e do inglês e de publicações sobre o tema. Tais traduções e publicações subordinavam-se diretamente ao projeto ministerial¹²⁸, a partir do momento em que Frei José Mariano da Conceição Veloso passou a trabalhar com d. Rodrigo. Magnus Pereira sublinha o quadro coerente entre a busca da produção do salitre, como projeto científico e monárquico, articulado a publicações – em periódicos e por outras casas editoriais – que poderiam circular dos dois lados do Atlântico. Seriam iniciativas casadas de um mesmo projeto ministerial¹²⁹ e colonial, a seu ver. Esse autor resume certo padrão de procedimentos numa *sequência básica* por parte do futuro conde de Linhares: *a edição, a experimentação, a mobilização de equipes em Portugal e nas colônias para desenvolver a produção agrícola, de insumos ou produtos químicos*¹³⁰, com relação às quais a história natural desempenhava um papel fundamental quanto à constituição de uma episteme do processo de modernização do império luso-brasileiro, o qual implicava uma tomada de consciência do mundo colonial e do próprio império.

¹²⁵ KURY, L. Manuel Arruda da Câmara: a República das Letras nos sertões. In: _____. et al. (orgs.) *Op. Cit.* p. 177. A autora arrolou os seguintes naturalistas incumbidos no mesmo período de buscar salitre: João Manso Pereira, Joaquim Veloso de Miranda, José Vieira Couto, José de Sá Bittencourt e Accioli e Manuel Ferreira da Câmara. Ela ainda acrescenta que a exploração das minas de salitre nos sertões mudou a paisagem local e deflagrou uma série de conflitos com os indígenas.

¹²⁶ Depois que retornou de sua viagem filosófica a Cabo Verde.

¹²⁷ Também Alexandre Rodrigues Ferreira compunha esse círculo de luso-brasileiros próximo a d. Rodrigo.

¹²⁸ Para o autor, deve-se notar um argumento fundamental por ele desenvolvido, d. Rodrigo não tinha lá *políticas exatamente coloniais. Seriam projetos de âmbito geral, que incluíam tanto territórios ultramarinos da cora portuguesa, quanto os metropolitanos.* PEREIRA, M.R. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*. UFRJ, 2014, v. 15, n. 29, p. 500 e p. 518.

¹²⁹ Para Magnus Pereira, isso implica em reavaliar a atuação de d. Rodrigo e de frei Veloso, ensejando uma análise historiográfica menos personalista e vergada pelo apego nacional que os tornam motivos de um tom elogioso na abordagem por parte de vários estudos.

¹³⁰ *Op.cit.* p. 512.

Em um efeito *boomerangue*, as contendas nesses conformes nas localidades entre os agentes coloniais letrados reverberavam na corte em Lisboa e nessa república das letras. Pádua mostra o embate local de homens luso-brasileiros com essa formação letrada e científica comum, em cargos exercidos no interior da Bahia, acompanhados de por d. Rodrigo de Souza Coutinho. Na então próspera região de Ilhéus na Bahia, o naturalista e juiz de fora Balthazar da Silva Lisboa¹³¹ e Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt, irmão de Acioli, discordaram e se enfrentaram quanto às formas de entender e explorar as matas por ali. Fazendeiro respeitado, Câmara Bettencourt obteve bons resultados com novas técnicas, no Engenho da Ponte, com a reforma das fomalhas, economizando dois terços da lenha usualmente empregada, no aprimoramento da força motriz e no aproveitamento das terras dos manguezais¹³². Balthazar da Silva Lisboa fez, na região, um mapeamento geográfico e um inventário florístico da mata atlântica. Eles divergiram, porque Balthazar da Silva Lisboa defendia a conservação das matas, sobretudo nas beiras dos rios¹³³. À frente dos fazendeiros locais, Câmara Bettencourt propunha a penetração em matas inexploradas e mais distantes das bordas dos rios, recorrendo ao emprego das queimadas – criticado vivamente por Balthazar da Silva Lisboa¹³⁴. Só para não frustrar o leitor quanto ao encaminhamento da disputa, recorde que Acioli defendeu para Ilhéus e diante de d. Rodrigo que a posse e a liberdade do uso da terra garantiam ao fazendeiro arbitrar sobre seu aproveitamento, advertindo sobre o papel e a extensão da intervenção direta da máquina de governança na produção da riqueza. Sua posição favoreceu seu

¹³¹ Pádua credita a Balthazar da Silva Lisboa um texto fundacional da crítica da destruição da natureza em *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhada de uma reflexão sobre o estado do Brasil*, de 1786. Anterior, portanto, aos textos de Vandelli publicados em 1789, com semelhantes preocupações.

¹³² O citado João Rodrigues de Brito baseou-se em suas memórias ao propor as novas técnicas a serem implantadas. Isto é, as memórias de outros autores formavam uma biblioteca comum, sobretudo as publicadas sob as chancelas da Universidade de Coimbra, da Casa do Arco do Cego, da Real Academia das Ciências.

¹³³ Ao percorrer Coja e parte da Serra da Estrela no início da década de 1780, ele fez um levantamento da população, uma descrição do rio, uma história da inscrição do Palácio dos Bispos em Coimbra. Diagnosticou os seguintes males na região: a ignorância na forma de explorar a terra, a má distribuição desta e o excesso de tributos. Baseado em Mirabeau, Quesnay e Hume, propôs a organização da indústria local, rural, de linhos e de lã. Essa indústria e sua correlata agricultura de base deveriam promover uma escola pública que lhes atendesse. Em VAZ, *Instrução e Economia*. *Op. Cit.* p. 391 e seguintes.

¹³⁴ José Augusto Pádua alerta sobre a posição de Vandelli. Em sua *Memória sobre a agricultura deste reino e de suas conquistas*, publicada em 1789, tal qual seu discípulo Balthazar da Silva Lisboa, ele contestou o queimar antiquíssimos bosques para facilitar o transporte nos rios, pois a madeira serviria à construção de navios, à tinturaria e aos marceneiros. Ele relacionava dois males em *Memória sobre algumas produções naturais das conquistas*, de 1789: a falta de conhecimento e a falta de conservação da natureza na América portuguesa, criticando novamente a derrubada e a queimada das árvores. PÁDUA, J. A. Conhecimento e conservação da natureza brasileira: o legado de Domenico Vandelli. In: *Gabinete de curiosidades...*, *Op. Cit.*, p. 309-310.

irmão. Um ponto comum, todavia, unia Balthazar da Silva Lisboa e Câmara Bettencourt. Para ambos, era crucial garantir o abastecimento de madeiras para o arsenal da marinha de sua majestade¹³⁵. Balthazar da Silva Lisboa, no entanto, perdeu a contenda na localidade, porém ela repercutiu em outras esferas por meio de memórias escritas e remetidas para a Academia Real das Ciências em Lisboa. Isto é, a localidade também ecoava em outras instâncias de poder e saber.

Essa disputa teve suas posições defendidas em memórias escritas pelos envolvidos e publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa. Elas denotavam o efetivo caráter de intervenção na localidade e envolvia instâncias de governabilidade, indo num jogo de escalas concatenado do local ao imperial e vice-versa. Os autores viram, nas publicações, um modo de posicionar-se, justificando devidamente suas intervenções. Era uma forma, ainda, de angariar simpatizantes, pois difundia seus conhecimentos científicos dentro da república das letras, acirrando a disputa e alimentando seu prestígio letrado. Entre tais letrados, a história natural configurava um *olhar prospectivo* sobre o império como um todo,¹³⁶ com vistas a ensaiar e a desenvolver uma atividade lastrada em um elemento da natureza, em geral agrícola, que lá bem se adaptasse ou fosse dali nativo. Daí a insistência com que as culturas do arroz, do anil, da cochinila, da canela, do linho, do algodão, do chá, do cânhamo, do tabaco e do índigo¹³⁷ serem acompanhadas por memórias detalhadas e úteis. Mais de uma aposta em dado produto natural naufragou, outras investidas foram tentadas várias vezes, sem sucesso. Certas análises subsidiaram decisões no interior das minas e não alcançaram, conquanto, o esperado. Diversos manuais e memórias agrícolas despachados de Lisboa para a América portuguesa e as que percorriam o caminho contrário não foram lidos ou ficaram perdidos, apesar da remessa de títulos e do volume não ser desprezível e também da mediação das autoridades colônias, governadores na maioria das vezes, que elogiavam e monitoravam de perto essa distribuição. Em *O*

¹³⁵ PÁDUA. *Sopro de Destruição*, Op. Cit., p. 97-110.

¹³⁶ Ele seria um ponto de partida e uma base necessária para a escrita de uma história das artes, manufaturas e da indústria em Portugal desde sua fundação pedia o visconde Barbacena em 1780 na Academia Real das Ciências. SILVA, T. T. Q. da. A operação historiográfica na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). Em HERMANN, J. AZEVEDO, F. L. N.; CATROGA, F. *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 51.

¹³⁷ Hipólito da Costa seguiu para os EUA e o México em 1798 numa viagem de estudos a fim de conhecer a cultura do cânhamo, do tabaco, do algodão, da cana-de-açúcar, índigo, cochinila. Dessa experiência, resultaram relatórios sobre a construção de pontes e moinhos, além da pesca baleeira. Ana Rosa Clochet esmiuçou a importância estratégica das viagens mineralógicas de Jose Bonifácio de Andrade de Silva pela Europa. SILVA, A.R.C. *Inventando a nação* : intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepusculo do antigo regime portugues:1750-1822. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2000.

Fazendeiro do Brasil, de Frei José Mariano da Conceição Velloso, transparecia a intenção pedagógica e o sucesso esperado dessa sorte de publicação, em particular dos manuais agrícolas didaticamente compostos:

... devem ser, como Cartilhas, ou Manuais, que cada Fazendeiro respectivo deve ter continuamente nas mãos dia e noite, meditando, e iluminadas, como deduzidas de princípios científicos, e abonadas por experiências repetidas, que eles propõem para poderem desbatar, e legitimar os seus gêneros, de sorte que hão, por consequência, de poder concorrer nos mercados da Europa a par dos estranhos. Isto quer, e manda V. A. R., e para isto lhe administra esses subsídios necessários, de que agora os tinha privado a inércia. Sem livros não há instrução¹³⁸.

Por sua vez, as viagens filosóficas que levantaram um volume impressionante de objetos naturais, escritos, relatórios, mapas, planos de população e desenhos não necessariamente tiveram seus dados retrabalhados, apesar da acumulação buscada de novas informações¹³⁹, como designam Angela Domingues, João Carlos Brigola, Ronald Raminelli e Magnus Pereira para a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Segundo João Carlos Brigola, em 1795, a *Relação da origem, e estado prezente do real Jardim Botânico, Laboratorio Chymuco, Museo de Historia Natural, e Caça do Risco*, escrita por Vandelli, notava o destino inglório de parte das produções naturais angariadas nas viagens ultramarinas¹⁴⁰. Isso concorreu para ensejar a dispersão dessa coleção

¹³⁸ VELOSO, Fr. J.M. *Fazendeiro do Brasil*, Cultivador. Tomo II. Tinturaria. Parte II. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800. p.IV.

¹³⁹ Lineu credita um dos méritos da botânica justamente a essa busca por novas fontes que, através da imprensa, seria difundida pela Europa e permitiria ao homem, seguindo a criação divina, seu aperfeiçoamento, do comércio e da sociabilidade. DRAYTON, R. Op. Cit. p. 71. Lorelai Kury diz: *a obra lineana articulava métodos, pressupostos filosóficos e intervenções práticas que se tornou uma forte referência para a história natural na Europa e nas Américas*. KURY, L. A Filosofia das viagens: Vandelli e a história natural. In: *GABINETE de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008, p. 75. Ele marcou de modo incontornável Vandelli e António de Sá, autores importantes de instruções, compêndios, dicionários de história natural que balizaram esse campo de saber da história natural e serviam de textos fundamentais para a maior parte desses letrados luso-brasileiros. GROVE, R. *Green Imperialism*. Op.cit.; VAZ, F. A. L. *Instrução e Economia*. Op. cit., cap. 1.

¹⁴⁰ Continua o autor, tais produções teriam ficado encerradas nos armazéns do museu, sem conservação, perdidas, mesmo antes de terem sido classificadas nos conformes de Lineu, e ainda não estaria consolidada sua correspondência devida com uma memória publicada. Agravava esse quadro pela economia imposta pelo Erário e as ordens contraditórias recebidas do governo monárquico no que tange ao complexo da Ajuda. BRIGOLA, J.C. *Museologia e História Natural em finais de Setecentos*. Op.cit., p. 227. Agradeço a indicação a Miguel Faria. Para nós, no presente, essa desarticulação interna de uma série de produtos confeccionada a princípio um a luz do outro ou, antes, pensados num conjunto enunciativo fincou uma descontinuidade, ao menos documental, num acervo imagético, textual e de artefatos que se pressupunha numa dada lógica coerente e orgânica, instiga a pensar sobre a natureza de seus vínculos e acerca da seu projeto memorialístico e patrimonial do mundo colonial. Depois, parte da coleção angariada por Alexandre

Comentado [M1]: Resolver artigo

Comentado [UdW2R1]:

recolhida, pois, em princípio, todos esses produtos se interconectavam e estariam ligados com os relatos de viagem, os desenhos, os mapas, também confeccionados e enviados, o que gera uma visão panorâmica e detalhada do espaço percorrido e observado.

Além disso, Raminelli acentua que, apesar de conjurar bacharéis, filósofos e magistrados, vingou desse grupo letrado de luso-brasileiros a figura do magistrado enquanto a autoridade mais legítima e capaz de inventariar tal império, ainda no governo joanino, mas sobretudo depois, na fundação do Brasil como corpo político autônomo¹⁴¹. Também talvez por isso, o autor do *Compendio para a Educação da Mocidade Brasileira*, também um magistrado, se reconhecesse dentro dessa linhagem letrada e científica de homens de governança. Talvez seja esse o pano de fundo de seu *Compendio*, que arregimenta essa experiência mosaica das localidades dentro de um império para propor uma educação dessa mocidade, filha das elites, cultivando um sentimento patriótico. E talvez ainda a posição do magistrado não estivesse consolidada.

É relevante recuperar que Grove e Pádua, pioneiros, apontaram uma espécie de efeito inesperado dessas dinâmicas coloniais de fins do setecentos e início do oitocentos no interior da experiência transcolonial. A compreensão da natureza, por meio desses parâmetros científicos (da medicina, da climatologia, da agricultura, da botânica nos termos de hoje), da empiricidade inventariada pela História Natural dos mundos tropicais e da experiência colonial que se estendia às franjas dos impérios europeus, redundou no nascimento de uma percepção singular acerca da natureza por parte de alguns indivíduos na América portuguesa - ressalta Pádua, em particular. Essa compreensão concorreu para a emergência de uma reflexão sensível e ambientalista por parte de alguns pensadores

Rodrigues Ferreira foi levada como botim de guerra para Paris e aí incorporada por outra comunidade científica que a descreveu e classificou em boa parte.

¹⁴¹ De acordo com Raminelli, a dedicação dos magistrados à história natural consistiria numa estratégia de aproximação com as autoridades lisboetas e como um acelerador da ascensão social. Seu livro *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distancia* finda situando o lugar social e políticos dos magistrados: *Junto a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, os bacharéis luso-brasileiros, filósofos e magistrados, elaboraram, enfim, as principais reflexões sobre o funcionamento do império colonial em tempos de crise política. Embora tivessem contribuído com os debates sobre a saúde do império, os filósofos, aos poucos, minguararam e perderam-se entre viagens e rixas políticas na era das revoluções. Ao passar do tempo, os magistrados tornaram-se os principais porta-vozes do antigo ofício de inventariar o império. Destacaram-se como consultores do rei em temas comerciais, agrícolas e médicos, publicaram memórias e ocuparam postos de prestígio na monarquia. Se inicialmente especularam e aconselharam o monarca a unir as atividades econômicas das quatro partes do ultramar, depois de 1808, seguiram uma outra vertente. Eles investiram na complementaridade política e econômica entre o reino e o ultramar para preservar a unidade do império. Os posicionamentos dos bacharéis, porém, logo tornar-se-iam irreconciliáveis.* *Op. Cit*, p. 288.

coloniais a desempenhar, em geral, cargos coloniais¹⁴². Trata-se de uma tomada de consciência transcolonial, que vinha no bojo dos debates a respeito dos modelos de colonização vigentes, antigos e a serem superados e que instigava d. Rodrigo de Sousa Coutinho ou abade Raynal. Nasceu uma compreensão ambientalista a favor da preservação da natureza derivada, em boa parte, da observação direta da natureza, ao ser analisada a destruição causada pela queimada, pela derrubada desenfreada das matas e pela exaustão das minas. Em outras palavras, essa reflexão de alguns luso-brasileiros casava-se com uma visão crítica dos riscos ambientais provocados pelos europeus, e esses riscos se delineavam de forma intrínseca à experiência colonial em suas franjas.

É importante apontar, ao menos, que, nos novos modelos em pauta das formas de empreender a colonização no projeto do império luso-brasileiro, havia um trânsito de informações que concorriam para a abordagem da natureza como um problema universal e cosmopolita, em que a história natural informava essa sensibilidade – crítica, inclusive –, forjada pelas relações entre razão e afetos. Surgia uma procura por uma visão panorâmica e comparada do mundo colonial na América portuguesa, antevisto pelas memórias escritas, publicadas ou não, pelos mapas, pelas ilustrações científicas, pelos objetos remetidos, subsidiada pela história natural, que, em boa medida, afiançava essa análise, ao embasar a descrição e a observação do espaço¹⁴³. Na América portuguesa, esse entendimento implicou discorrer e discutir também a respeito das formas de trabalho compulsório, de alocação e deslocamento das gentes, da manutenção ou não da escravidão e dos modos de gerenciá-la. Essa questão é central para entender o alcance, as raízes, do significado da utilidade no interior desses debates pautados pelo reformismo ilustrado.

Em *O Fazendeiro do Brasil*, vários textos contemplaram a questão do trabalho escravo, abordando-o em aspectos distintos no passado e no presente, procurando eleger os modos de organizá-lo com benefícios. *O Fazendeiro do Brasil* trouxe a público a segunda edição de *Cultura e Opulência do Brasil*, de Antonil, considerado, quando de sua edição em fins do século XVII, um escrito do passado. *Pari passu*, entre 1798 e 1806,

¹⁴² Segundo Grove, essa longeva reflexão ambientalista iniciou-se e foi reforçada nos escritos de Alexander Von Humboldt depois de 1820, ganhando um empuxo dentro da Europa e estabilizando-se como um sentimento em relação à natureza de forma ampliada. GROVE, R. *Green Imperialism, Op. Cit.*, p. 11.

¹⁴³ Ao publicar as memórias sobre o café, em *O Fazendeiro do Brasil*, frei Veloso selecionou uma série de memórias e tratados estrangeiros que relatavam seu plantio, técnicas de produção e resultados nas ilhas do Oceano Índico e nas Antilhas francesa e inglesa, o que propiciou essa análise comparativa e panorâmica.

O Fazendeiro do Brasil publicou uma série de memórias inglesas e francesas sobre a suas respectivas experiências coloniais nas Antilhas¹⁴⁴, arrolando debates, então de ponta, sobre as formas de gerir o trabalho escravo. Essas memórias de *O Fazendeiro do Brasil* eram encontradas na biblioteca da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na década de 1830, e balizaram o *Manual do Agricultor Brasileiro* de C. A. Taunay, figura assídua da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Esse *Manual* foi publicado em 1839, embora tenha sido redigido em 1829 e teve dois capítulos impressos em 1830, em *O Beija-flor – Anais Brasileiro de Ciência, Política e Literatura*¹⁴⁵, e logo caiu nas graças da elite política imperial¹⁴⁶. Era, portanto, contemporâneo do *Compendio*. Essas memórias encontradas *O Fazendeiro do Brasil* e suas balizas teóricas circulavam nas décadas de 1820 e 1830, havendo uma espécie de continuidade entre o *Manual do Agricultor Brasileiro* e os autores antilhanos que interessaram os letrados luso-brasileiros, nomeadamente quanto à gestão dos escravos e à educação do bom agricultor, valendo-se muito da história natural.

No âmbito da escravidão, as ideias antiescravistas ilustradas, segundo Penalves Rocha, despontaram nas *Memórias econômico-políticas* (1822), de Antonio José Gonçalves Cheves, na importante *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura* (1825), de José Bonifácio, na *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre os modos e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar* (1821), de João Severiano Maciel da Costa, e em *Da Liberdade*, de Jose da Silva Lisboa, apenas publicado em 1851. Estava sob apreciação a escravidão e o tráfico. Tais escritos, filiados à economia política, mas ciosos da história natural como uma chave de entendimento a propósito da natureza, falavam dos males causados pela escravidão. Concordavam, próximos a uma vertente ilustrada francesa, sobre a necessidade da abolição do tráfico, do abrandamento da escravidão sob o controle do estado e o início da abolição gradual – questão que atravessaria o século XIX –, como uma questão de cálculo político sem, necessariamente,

¹⁴⁴ Ocupa o primeiro tomo dos 11 volumes de *O Fazendeiro do Brasil* editado pela Casa do Arco do Cego que também publicou uma série de autores luso-brasileiros da ambiência da Academia Real das Ciências.

¹⁴⁵ TAUNAY, C. A.; MARQUESE, R. de B. (org.) *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15, 29, 44, 309, respectivamente. O autor englobou os princípios básicos da botânica e uma taxonomia redigidos pelo naturalista alemão Ludwig Riedel e se ocupou das derrubadas das matas e das culturas que deveriam ser naturalizadas e reproduzidas no império do Brasil.

¹⁴⁶ *Op. Cit.* Introdução de Rafael Marquese, p. 13.

configurar uma ação humanista ou comprometida com os direitos do cidadão. Penalves Rocha revela a ironia desse exercício de dominação, pois esse antiescravismo ilustrado remete a uma posição moderada, na qual o escravo era visto como um trabalhador ineficiente e perigoso no entender da ordem constituída, enquanto o homem livre, sucedâneo do escravo, era idealizado como um trabalhador diligente e cordato¹⁴⁷.

Portanto, no bojo da emergência de uma percepção da natureza na América portuguesa e, depois, no Brasil, com uma vertente ambientalista, inclusive por parte desses letrados luso-brasileiros, mais na esfera dos indivíduos do que na de grupo - segundo Pádua -, vem junto o debate sobre o mundo do trabalho compulsório, acompanhado das formas de coerção e de exclusão das gentes. Ao mesmo tempo, essa educação atravessada por essas memórias arroladas, que faziam o pano de fundo do *Compendio* e ficavam manifestas no *Manual do Agricultor Brasileiro*, reafirmava o credenciamento social, por meio da educação, das elites habilitadas às esferas governativas e insistia na necessidade da boa formação do lavrador¹⁴⁸, detalhando sua formação escolar voltada ao trabalho na agricultura. Discorria, ainda, para tais elites sobre a importância da botânica, as práticas agrícolas, a gestão dos escravos e, por decorrência, o governo da casa. Em outras palavras, o *Compendio* tinha um *background* ilustrado e governativo e interlocutores do presente que recompunham o passado com vistas ao futuro.

¹⁴⁷ Acompanho o autor aqui em sua argumentação. ROCHA, A. P. Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 37-68, 2000. p.62.

¹⁴⁸ O *Manual do Agricultor Brasileiro* parece sintetizar essa postura abraçada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: *Semelhante educação advinda de um curso agrônomo numa escola-fazenda, que combina os trabalhos práticos com os estudos teóricos, dotará sem dúvida o Brasil de cidadãos igualmente bem-dispostos ao físico e ao moral, aptos não só para dirigirem com perfeição qualquer estabelecimento de agricultura, mas também de ocuparem com honra e sabedoria qualquer cargo eletivo de um Estado constitucional, assim como de servirem na guarda nacional com o garbo e destreza que a parte militar de sua educação terá neles infundido desde sua meninice, podendo-se afigurar que o resto da população ganharia muito com as luzes e princípios que nela divulgariam, de forma que um tal estabelecimento, organizado e frequentado convenientemente bastaria per se para mudar a face da indústria agrícola no Brasil. Op. Cit, p. 297-298.*